

**PESQUISA NOVOS OLHARES
SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS NAS FAVALAS**
PARQUE JOÃO GOULART

AGRADECIMENTOS

O Ibase agradece profundamente à equipe de entrevistadoras e entrevistadores que se dedicou a fazer este levantamento da melhor forma, desde o começo dos trabalhos. Agradecemos, também, as Associações de Moradoras(es) de cada favela participante da pesquisa.

Barro Preto

Carla de Souza Grigório
Ingrid de Souza Barros
Jessica Luize Siqueira Lopes
Maria da Penha Santos
Mayara da Silva Fernandes
Nelson Felipe. P Brandão de Oliveira
Rayane Souza da Silva
Rosangela da Silva Viana
Wellington Juan Brandão de Oliveira

Guararapes

Barbara Catalina Olivares
Bruna Almeida Paimx de Jesus
Camilly Paimx Neves
Chayene Gracia da Silva
Graciele Soares Teixeira
Josiane Pereira da Silva
Layra Kellyn Faria Vaz
Leonice de Almeida Paimx
Roseni Marques Oliveira
Sabrina Paimx Santiago
Tiffany Soares Bispo do Nascimento

Providência

Amanda Aina Paranhos Andrade
Fabrício Lima Silva
Hugo Humberto Santos Silva
Jurema Costa Gomes da Silva

Kauane da Silva de Souza

Licia Roberta dos Santos Anastácio
Maria de Fátima N. da Cunha
Maurício de Souza Filho
Ryan Lucas Custódio Silva
Sergio Iury Noronha dos Santos
Soany Souza Azevedo
Tatiâne Santos Cardoso
Thaissa Cardoso Mendes
Yngrid Enanvelle dos S. Santana

Tijuca

Ana Regina Prado
Andréa França de Oliveira
Carlos Alberto Leal Filho
Jorge Lucas Fonseca
Lucas Costa Guimarães Teixeira
Paulo Vinicius Pinto
Rebeca Consoli Viana
Renan Rodrigues Correia.
Tatiana dos Santos Rodrigues

Salgueiro

Andreza Gomes Carvalho
Denise Francisca de Oliveira Santos
Elisabeth Lopes Abreu
Guilherme Guimarães Casemiro
Ieimar Correria
Lara Beatriz Viana
Liandra Rodrigues Barbosa
Luciana de Assunção Rodrigues
Barbosa
Marcia Vicente Silva
Marcieth Conceição de Araújo
Matheus Rodrigues Pereira
Nancy Rodrigues de Oliveira Rocha
Nancy Rodrigues de Oliveira Rocha
Paulo Marcelo de Souza Santos
Rafaeli Bazilio Longo
Tânia Cristina da Oliveira
Thaisa Silva Alves
Yago Ramos da Silva

Comunidade Agrícola de Higienópolis

Brenda Martins Cruz
Claudia Maria Neto
Erica Patrícia da Silva Silveira
Marisa Queiroz da Silva
Mayara Batista dos Reis
Michele Rose Lino
Paulo Henrique Torres
Rodrigo de Araújo de Oliveira
Taís Barbosa dos Reis
Tatiana Pissarra
Yasmin P de Silva

Parque João Goulart

Ana Aparecida Oliveira da Silva
Ana Paula de C. Medeiros

Ana Paula Lopes
Beatriz Rocha de Queiroz
Bluna Lopes Vieira
Elaine H de Freitas
Erika de Freitas Dias
Ivete dos Santos
Jaqueline de O. Ramos
Jessé Cunha Paixão
João Ricardo Araújo Tornelli
Leiliane S. S de Mello
Marcela F. Araujo de S.
Mayra Batista dos Reis
Michele Regina de Souza Santos
Milena Bandeira A. R.
Natália A. dos S. Inácio
Roberta Souza Ribeiro de Carvalho

Morro dos Cabritos

Alessandra de Oliveira Matias Lopes
Elaine da Silva Custódio
Jamille Oliveira de Castro
Maria Renata dos Santos
Patrícia da Silva Barbosa
Sophie Cruz Blajchman
Themerson Nunes do Nascimento
Yago de Souza Celestino
Yrlana Barbosa da Silva

Parque Conquista

Caio dos Santos Rufino
Carla Gomes de Araújo Roberto
Jessika Santos Mota Lima
Michele Gomes de Araújo Roberto
Tainara Alice da Silva
Thais Leite dos Santos Costa
Thiago Ferreira de Assis
Valdir José Pereira Lima

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva

Rita Corrêa Brandão

Assessoria de Direção

Sandra Plaisant Jouan

Coordenadora Administrativa - Financeira

Claudia Florambel

Secretaria Geral

Iris Patrícia

Comunicação

Clara Araújo, Iracema Dantas e Matheus Reis

PESQUISA

Coordenação Geral

Rita Corrêa Brandão

Assessoria técnica

Sandra Plaisant Jouan

Sistematização de Análise de Dados

Joice Lima e Bianca Arruda

Coordenação da Equipe de Entrevistadoras(es)

Cristhiane Malungo e Robson Rezende (*in memorian* - Parceiro nesta jornada.

Sua trajetória é parte do nosso caminho)

Estatístico

Luis Marcelo Ferreira Carvano

Projeto Gráfico e diagramação

Dot Setor

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa Novos Olhares sobre as Transformações Urbanas nas Favelas tem como objetivo apresentar a opinião de moradoras e moradores de nove comunidades cariocas sobre os programas de urbanização realizados nos locais onde vivem e as novas percepções sobre as transformações urbanas necessárias nos territórios.

O Parque João Goulart está localizado em Manguinhos e faz parte do complexo de favelas do bairro, que abarca outras 16 comunidades. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o território é composto por 950 domicílios e 3.758 habitantes.

A favela passou pelo programa de urbanização *Morar Carioca*, um dos programas que efetuou obras de melhoria de acessibilidade, saneamento básico, espaços de cultura, esporte e lazer e equipamentos públicos nas favelas da cidade.

O Morar Carioca foi lançado no Rio de Janeiro em 2010 e tinha como meta inicial urbanizar todas as favelas da capital fluminense até 2020, no contexto dos megaeventos de 2016, numa parceria com a Prefeitura do Rio. O programa teve como objetivo realizar a integração qualificada e definitiva das favelas, reconhecendo esses espaços como uma forma de cidade, portanto, como um modo de viver a cidadania e um pedaço do território urbano com direito pleno a ser cidade.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em nove favelas das Zonas Norte, Sul e Centro da cidade do Rio de Janeiro. São elas: Barro Preto, Estrada do Tijuaçu, Guararapes, Comunidade Agrícola Higienópolis, Morro dos Cabritos, Parque Conquista, Parque João Goulart, Providência e Salgueiro.

A escolha das favelas para realização da pesquisa levou em consideração as Áreas Programáticas (APs) a que pertencem e os programas de intervenção urbana que já foram realizados, conforme o seguinte:

- Por Área Programática (APs) da cidade do Rio de Janeiro:

Foram escolhidas nove comunidades das seguintes APs:

AP 1 Centro, AP 2.1 Zona Sul, AP 2.2 Tijuca, AP 3.1 Ramos, AP 3.2 Méier

- Por Programas realizados:

Territórios da cidade do Rio de Janeiro que tiveram intervenção dos Programas Favela Bairro (Bairrinho - pequenas favelas, médias favelas e grandes favelas) e Morar Carioca.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no período de outubro a dezembro 2022: uma equipe de pesquisadoras(es) e 22 entrevistadoras(es) formada majoritariamente por moradoras(es) do Parque João Goulart realizou uma pesquisa amostral semi-probabilística com a metodologia de pesquisa de fluxo.

O tamanho da amostra foi definido com base no tamanho da população de interesse (pessoas com 18 anos ou mais) em cada uma das favelas, utilizando-se como referência os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Foram estipulados critérios para a construção de cotas sociodemográficas por sexo, idade e área de moradia, respeitando as características dessas dimensões em cada uma das favelas pesquisadas.

No Parque João Goulart, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, existiam 3.758 habitantes com 18 anos ou mais de idade. Para construção de nossa amostra, entrevistamos 673 moradoras(es) dessa faixa etária. Importante dizer que essa amostra assegura à pesquisa um Índice de Confiabilidade (margem de erro) de 3,5% e que as amostras definidas são independentes, isto é, eventuais alterações em uma determinada amostra não modifica as demais.

Outro aspecto metodológico relevante é que, com o objetivo de distinguir a percepção das(os) moradoras(es) que presenciaram as intervenções dos programas, das(os) moradoras(es) que passaram a residir após as ações, adotamos o seguinte critério:

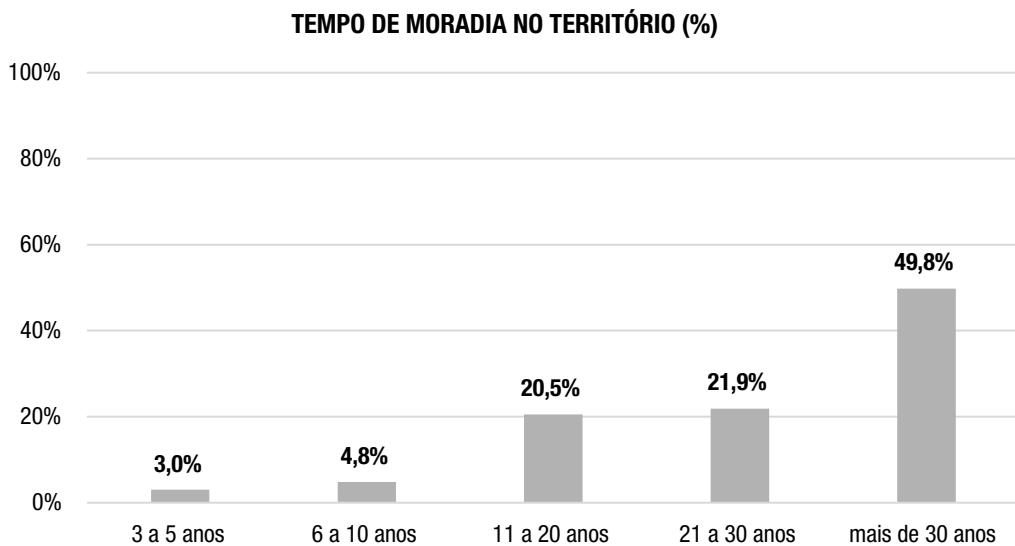
- Moradoras(es) Antigas(os): que residiam na favela no período de execução do programa de urbanização (de 1997 – 2000).
- Moradoras(es) recentes: que se mudaram para a favela após o período das obras do programa de urbanização (após 2000).

3. PERCEPÇÃO DAS(OS) MORADORAS(ES) DO PARQUE JOÃO GOULART SOBRE O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO

Para compreendermos os resultados da pesquisa no Parque João Goulart é importante localizarmos o tempo de moradia das pessoas entrevistadas pois, a partir da captação deste dado, é possível visualizar a percepção das(os) moradoras(es) que residiam no território nos períodos da realização dos programas de urbanização e após sua conclusão que, no caso, foi o Morar Carioca de 2010.

Ao verificarmos o tempo de moradia, constatamos que 71,7% residem no território há mais de 20 anos e 20,5% residem entre 11 e 20 anos. Isso significa que um percentual expressivo da população (92,2%) acompanhou os impactos das ações do programa de urbanização no local.

Gráfico 1 – Tempo de moradia das(os) moradoras(es) no Parque João Goulart.

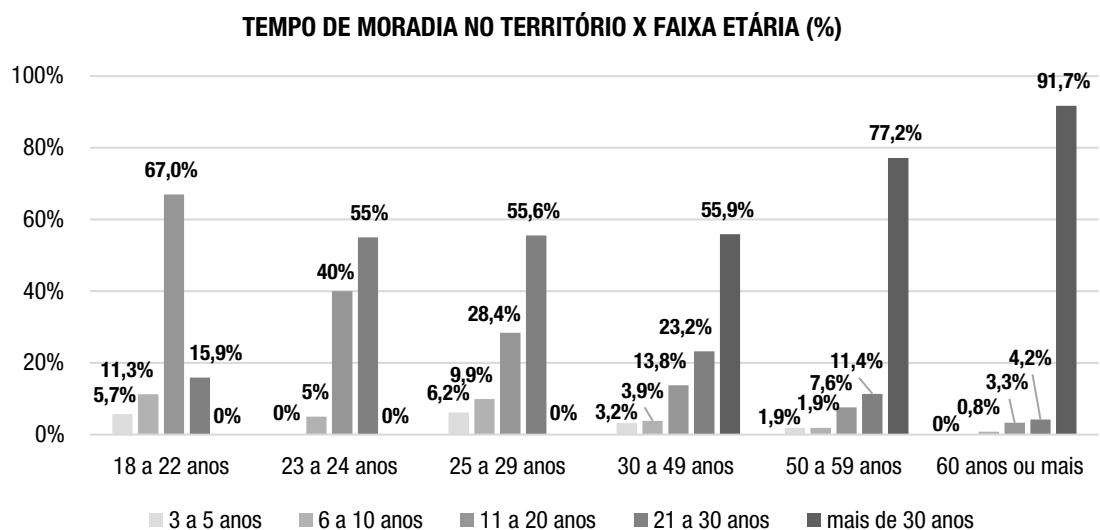


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Desta forma classificamos as(os) moradoras(es) em antigas(os) e recentes. As(os) “antigas(os)” residem na favela antes do período de execução do programa de urbanização em 2010, ou seja, moram na favela há mais de 10 anos. As(os) moradoras(es) recentes passaram a residir na favela após os anos 2010, ou seja, que moram de 3 a 10 anos e representam 7,8% da população.

Podemos observar a seguir a configuração das moradoras e moradores de acordo com o tempo de moradia e a faixa de idade. Verifica-se que entre adultas(os) e idosas(os) há um percentual expressivo de moradoras(es) que residem no território há 30 anos ou mais, sendo: 91,7% das(os) que têm 60 anos ou mais de idade; 77,2% das(os) que possuem entre 50 e 59 anos; e 55,9% das(os) que têm entre 30 e 49 anos. Entre as(os) jovens (com 18 a 29 anos), observa-se que: 55,6% das(os) que têm entre 25 e 29 anos e 55% das(os) que têm entre 23 e 24 anos residem no território entre 21 e 30 anos. Entre aquelas(es) que possuem de 18 a 22 anos, 67% moram no território entre 11 e 20 anos.

Gráfico 2 – Tempo de moradia no Parque João Goulart, por faixa etária.



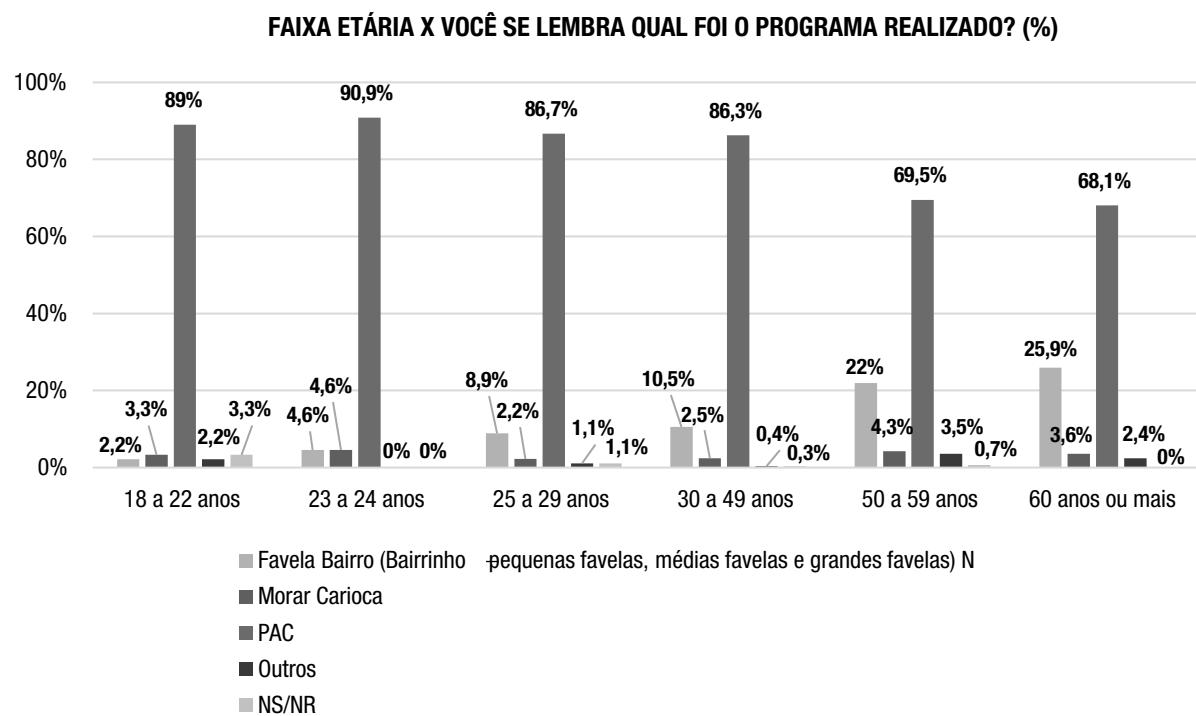
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Podemos observar que, apesar de não ter sido realizado no território, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, é o programa de urbanização mais lembrado por todas as faixas etárias de moradoras(es), especialmente, entre a população mais jovem. Observa-se que, entre as(os) que possuem de 18 a 22 anos, 89% recordam do PAC; de 23 a 24 anos, 90%; de 25 a 29 anos, 86,7%; de 30 a 49 anos, 86,3%; de 50 a 59 anos, 69,5%; e com 60 anos ou mais, 68,1% lembram da realização do PAC.

O segundo programa mais citado pelas pessoas entrevistadas no território é o Favela Bairro, com destaque especialmente entre idosas(os): 25,9% da população com 60 anos ou mais informa que recorda deste programa. Em outras faixas etárias, 22% da população com idade entre 50 e 59 anos; 10,5% com idade entre 30 e 49 anos; 8,9% da população com idade entre 25 e 29 anos; 4,6% com idade de 23 e 24 anos; e 2,2% de 18 a 22 anos citaram o Favela Bairro na pesquisa.

Em terceiro lugar está o Programa Morar Carioca, que foi realizado na favela. A população jovem, entre 23 a 24 anos, é a que mais se recorda desse programa (4,6%); em seguida, a população de 50 a 59 anos, em que 4,3% se recordam do programa; 3,6% da população de 60 anos ou mais; 3,3% da população de 18 a 22 anos; 2,5% da população de 30 a 49 anos; e 2,2% da população de 25 a 29 anos também citaram o Morar Carioca.

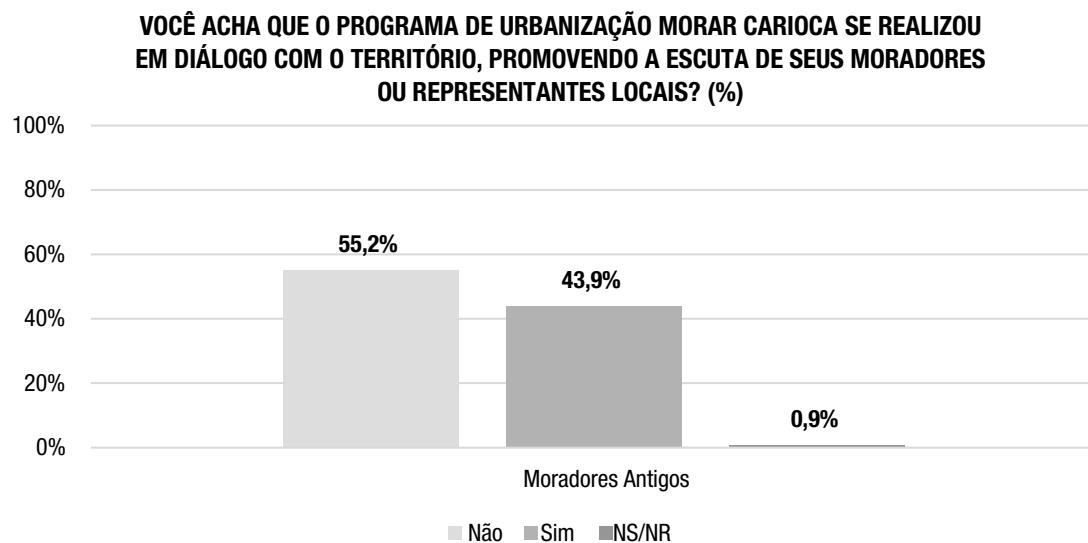
Gráfico 3 – Programas de urbanização identificados pelas(os) moradoras(es) no Parque João Goulart, por faixa etária.



A. PERCEPÇÃO DAS(OS) MORADORAS(ES) DO PARQUE JOÃO GOULART SOBRE O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO TERRITÓRIO PELOS PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO, POR TEMPO DE MORADIA

Quando se trata do processo de participação no Morar Carioca, promovendo o diálogo/escuta das pessoas que viviam no Parque João Goulart ou de representantes locais, 55,2% das(os) moradoras(es) antigas(os) avaliam que o programa de urbanização se realizou em diálogo com o território. Observa-se, contudo, que um percentual considerável de moradoras(es) antigas(os) considera que não ocorreu este diálogo (43,9%).

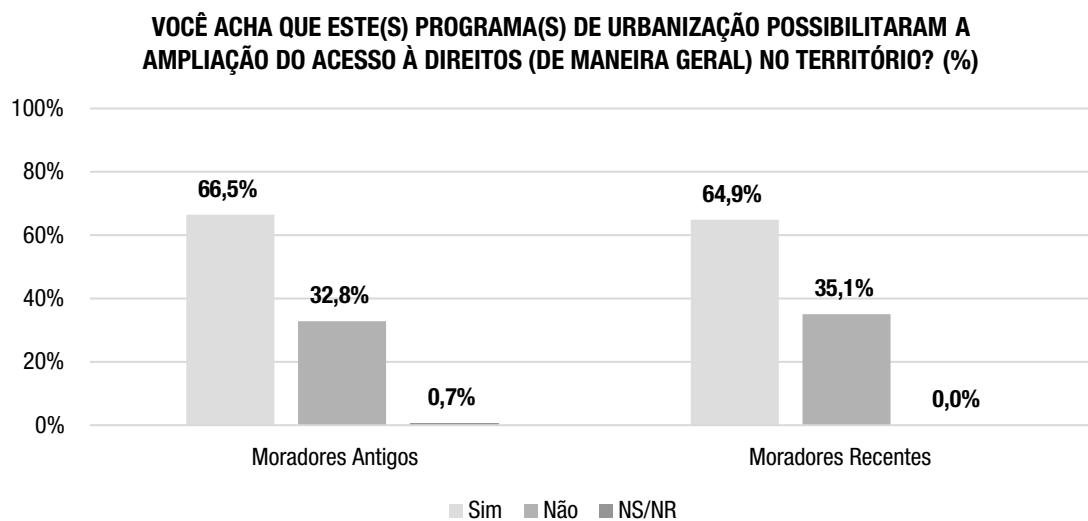
Gráfico 4 – Percepção das(os) moradoras(es) antigas(os) sobre os programas de urbanização e o processo de diálogo com as pessoas do Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Sobre o acesso a direitos no território, 66,5% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 64,9% das(os) recentes consideram que o programa de urbanização possibilitou a ampliação do acesso a direitos no território.

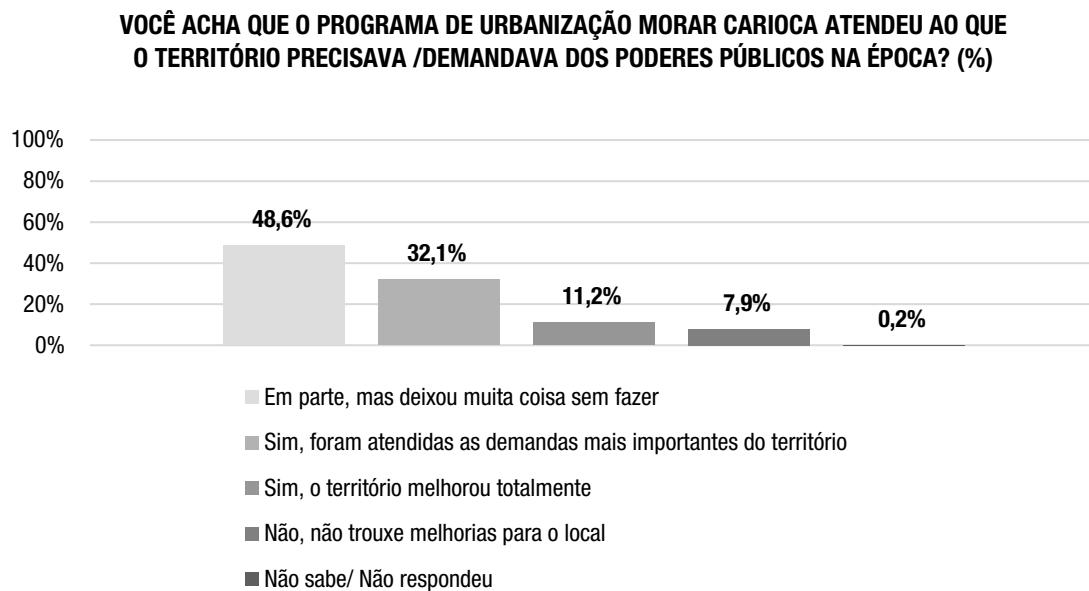
Gráfico 5 – Percepção sobre a ampliação de acesso a direitos após as intervenções dos programas de urbanização no Parque João Goulart, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

No gráfico abaixo observamos que 48,6% das pessoas entrevistadas avaliam que o programa realizado atendeu em parte às demandas das(os) moradoras(es), deixando muita coisa sem fazer; 32,1% avaliam que o programa atendeu as demandas mais importantes do território; 11,2% consideram que o território melhorou totalmente após a sua realização; 7,9% consideram que não houve melhorias para o local.

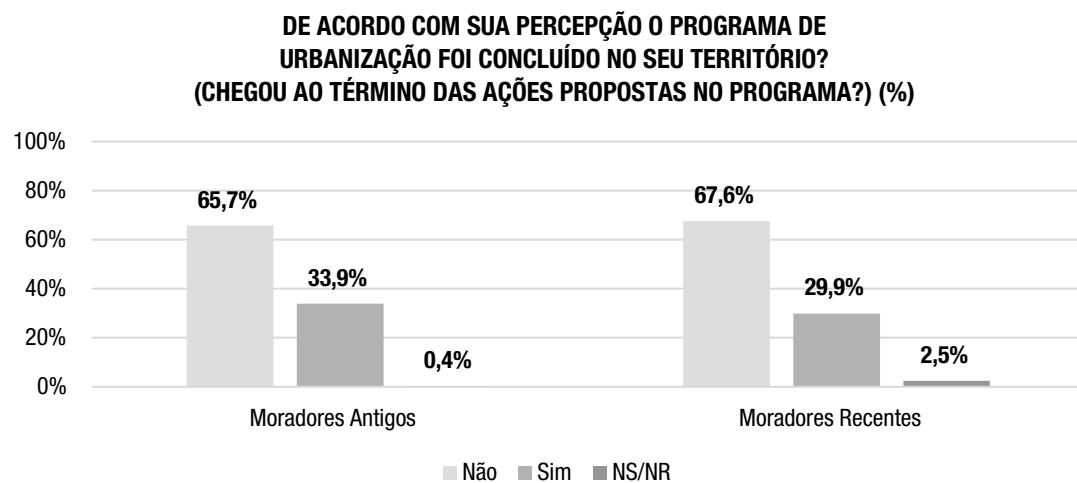
Gráfico 6 – Percepção sobre o atendimento das demandas pelos programas de urbanização no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

A seguir tratamos a percepção das(os) moradoras(es) sobre a conclusão do Morar Carioca no território. Verifica-se que para maior parte delas(es) o programa não chegou ao término das ações propostas no território: 65,7% das(os) moradoras(es) antigas(os) e de 67,6% das(os) recentes.

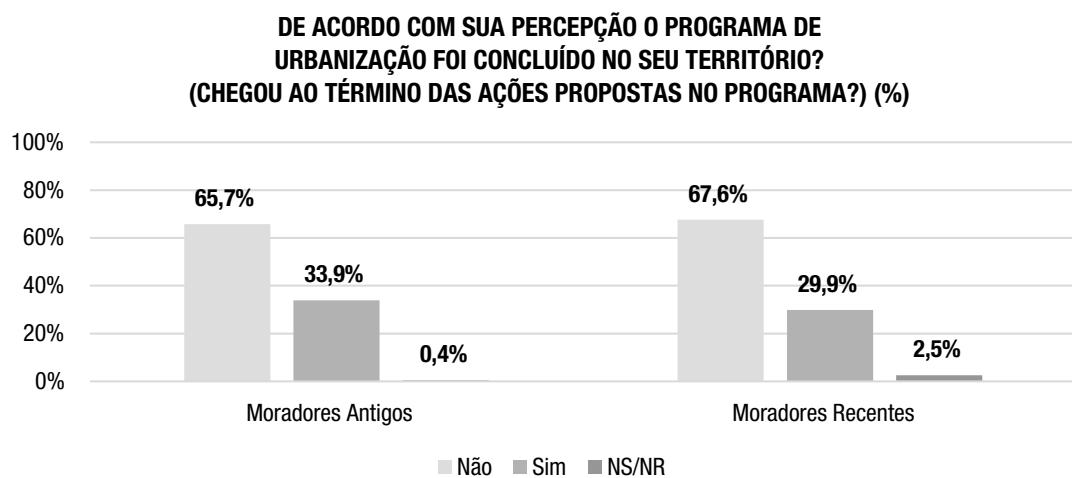
Gráfico 7 – Percepção sobre a conclusão das intervenções dos programas de urbanização de acordo com as ações propostas no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Em relação à qualidade das obras após o encerramento do programa, a maior parte de moradoras(es) antigas(os) (41,1%) e de moradoras(es) recentes (47,6%) avaliam os resultados como de qualidade regular. 38,1% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 25% das(os) moradoras(es) recentes consideram a qualidade boa; e 6,7% das(os) antigas(os) e 5% das(os) recentes acham ótima. Destaca-se que 14,1% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 22,5% das(os) moradoras(es) recentes consideram a qualidade das obras como ruins e péssimas.

Gráfico 8 – Percepção sobre a qualidade das obras realizadas pelos programas de urbanização no Parque João Goulart, por tempo de moradia.



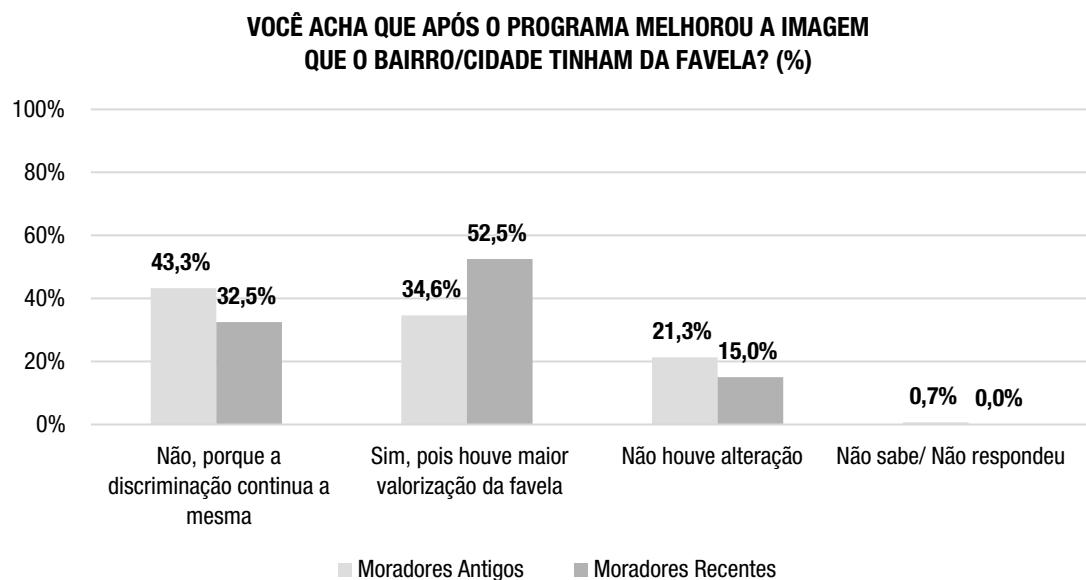
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

A seguir observamos o dado que revela a percepção de moradoras e moradores em relação à imagem que o bairro/cidade passou a ter sobre a favela após as intervenções do programa, considerando o tempo de moradia das(os) respondentes.

É possível verificar que, para a maior parte das(os) moradoras(es) antigas(os) (43,3%), não houve melhora, pois percebem que a discriminação continua a mesma; 34,6% dessas(es) moradoras(es) avaliam que após as obras houve maior valorização da favela; e 21% indica que não houve alteração.

Já para a maior parte das(os) moradoras(es) recentes (52,5%) houve uma melhoria na imagem e valorização da favela após a realização do programa de urbanização. 32,5% percebem que não houve pois a discriminação continua a mesma; e 15% sinalizam que não houve alteração.

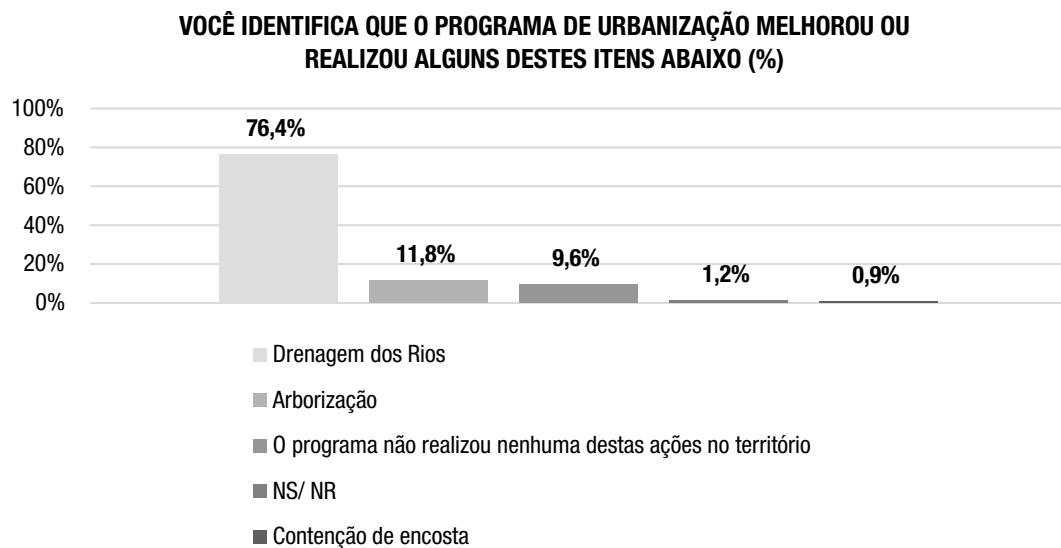
Gráfico 9 – Percepção sobre a melhoria da imagem da favela pelo bairro/cidade após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Quanto às obras voltadas para prevenção de riscos como drenagem de rios, contenção de encostas e arborização: 76,4% das(os) moradoras(es) identificam as ações de drenagem dos rios; 11,8% indicam que houve ações de arborização; para 9,6% o programa não realizou nenhum desses tipos de ação no território; 1,2% não sabe ou não respondeu; e 0,9% afirma que houve contenção de encostas.

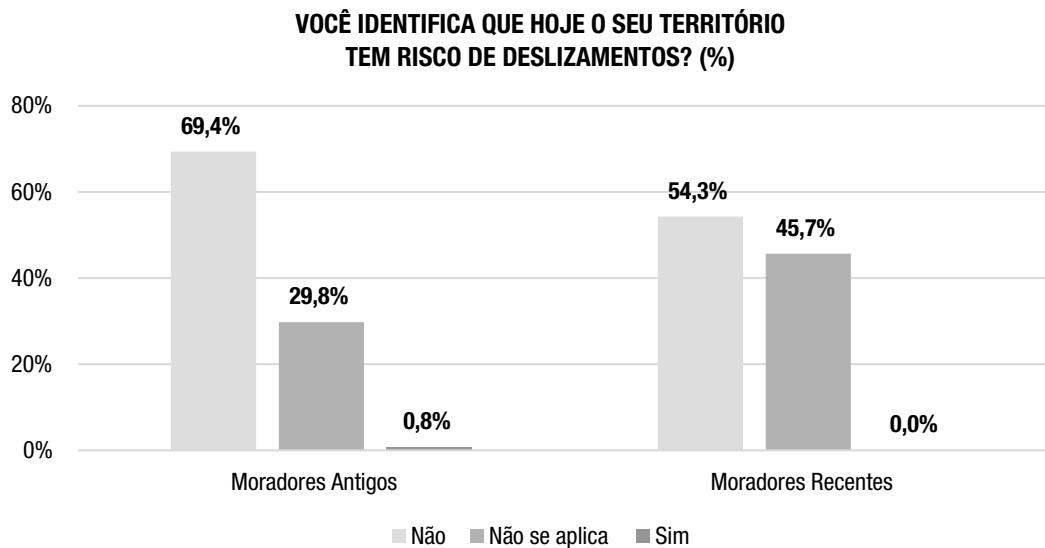
Gráfico 10 – Percepção sobre as obras de contenção de riscos pelos programas de urbanização no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Podemos verificar abaixo que a maior parte das(os) moradoras(es) não identifica riscos de deslizamentos no território, sendo 69,4% das(os) antigas(os) e 54,3% das(os) recentes. 29,8% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 45,7% das(os) recentes indicam que essa questão não se aplica no território.

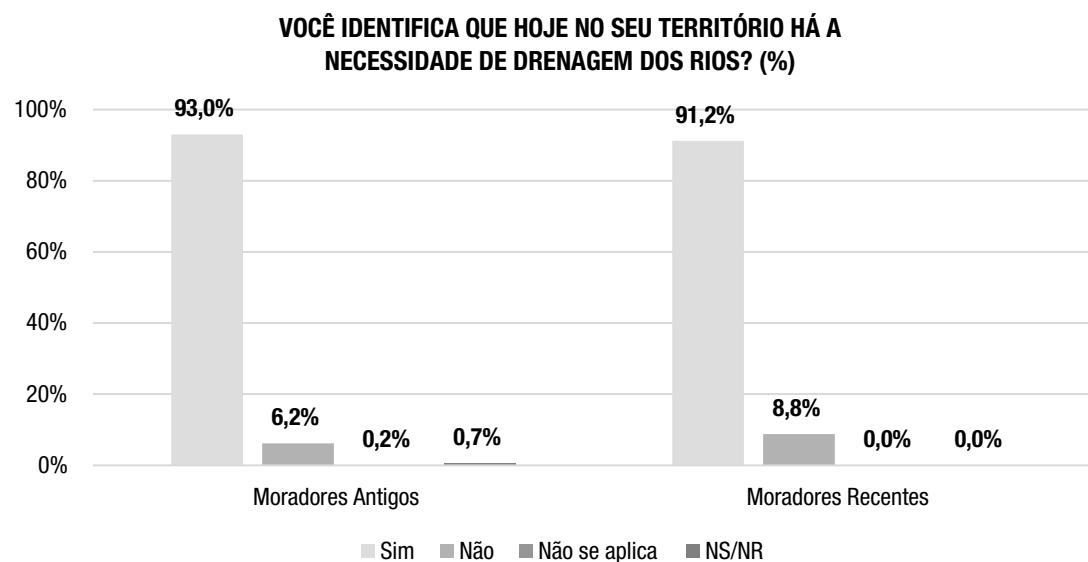
Gráfico 11 – Percepção sobre riscos atuais de deslizamento no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Com relação à realização de ações de drenagem nos rios do território, podemos verificar no gráfico abaixo que um percentual expressivo de moradoras(es) antigas(os) (93%) e recentes (91,2%) sinaliza que esta é uma ação necessária no território.

Gráfico 12 - Percepção sobre necessidade atual de drenagem de rios no Parque João Goulart.

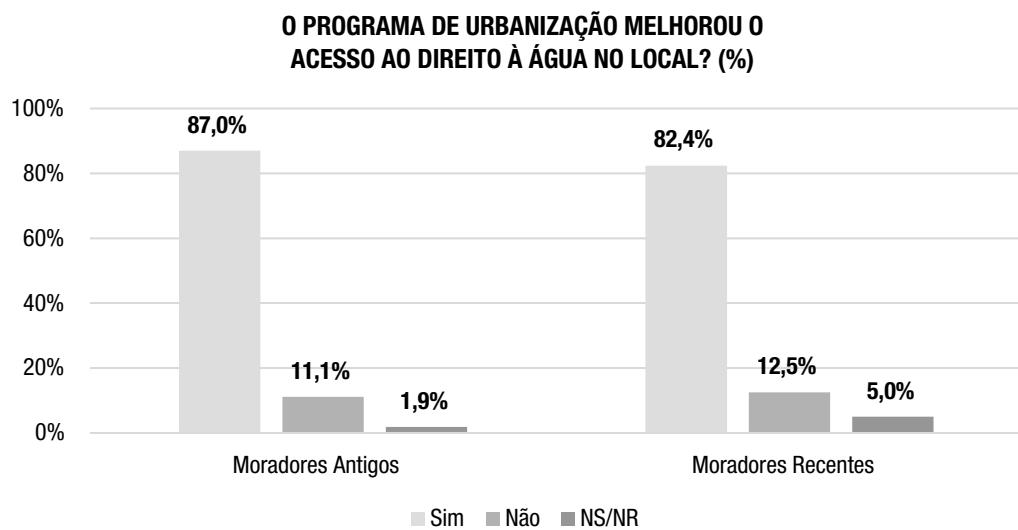


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

B. DIREITO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A percepção sobre o acesso à água revela que para 87% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 82,4% das(os) recentes o programa melhorou o acesso ao direito à água no local.

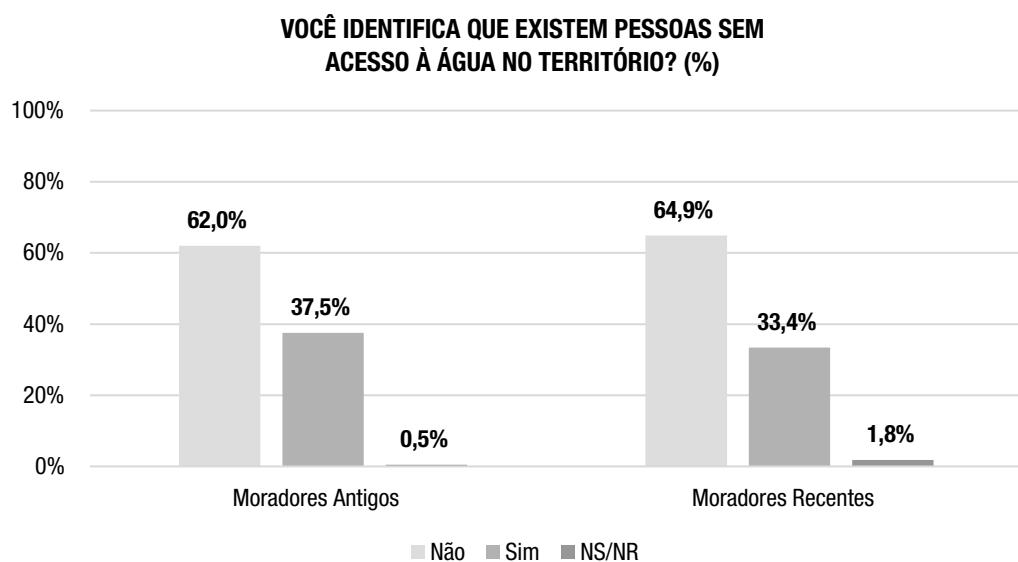
Gráfico 13 – Percepção se houve melhora no acesso ao abastecimento de água no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Sobre a percepção do acesso à água atualmente no território: um maior percentual de moradoras(es) avalia que não há pessoas sem acesso à água, sendo 62% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 64,9% das(os) recentes. Contudo, observa-se que 37,5% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 33,4% das(os) recentes identificam pessoas sem acesso à água.

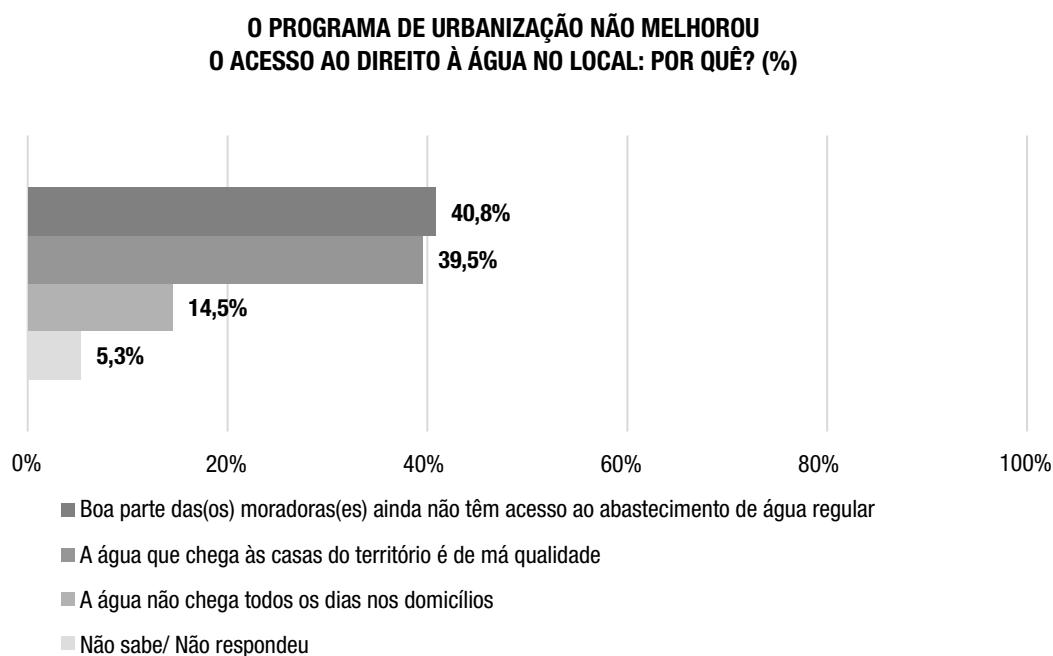
Gráfico 14 – Percepção sobre a existência de pessoas sem acesso a água no Parque João Goulart, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Verifica-se que, entre aquelas(es) que responderam que não houve melhora no direito ao abastecimento de água, 40,8% consideram que boa parte das(os) moradoras(es) não têm acesso ao abastecimento de forma regular de água; 39,5% avaliam que a água que chega nas casas é de má qualidade; 14,5% que a água não chega todos os dias nos domicílios; e 5,3% não sabem ou não responderam à questão.

Gráfico 15 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso ao abastecimento de água no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

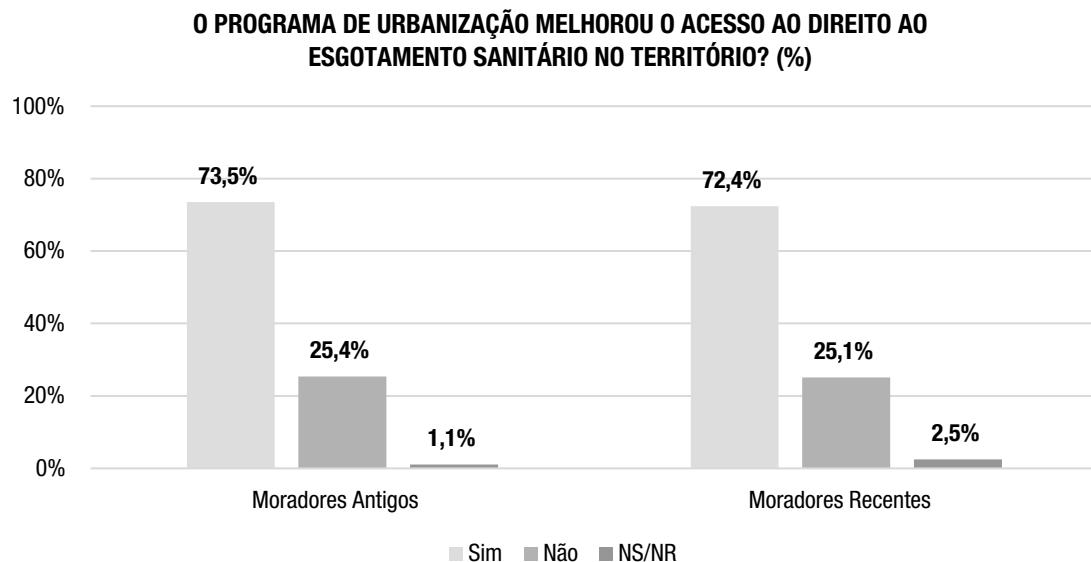


C. DIREITO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os dados a serem tratados a seguir referem-se às condições de acesso ao esgotamento sanitário no território após a realização do Morar Carioca.

Podemos verificar que 73,5% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 72,4% das(os) recentes reconhecem a melhora no esgotamento sanitário com a realização do programa. No entanto, 25,4% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 25,1% das(os) recentes não identificam essa melhora.

Gráfico 16 – Percepção se houve melhora no acesso ao sistema de esgotamento sanitário adequado no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.

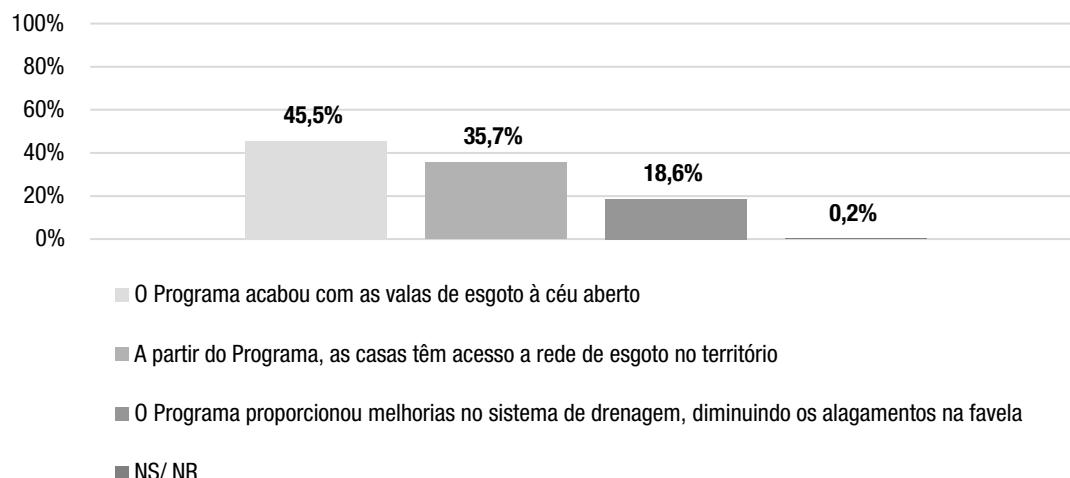


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas –2022/2023

Dentre aquelas(es) que responderam “sim” para melhoria do acesso ao esgotamento sanitário, 45,5% destacam que o programa acabou com as valas de esgoto à céu aberto; 35,7% apontam que o motivo foi porque as casas passaram a ter acesso à rede de esgoto; e 18,6% consideram que o programa proporcionou melhorias no sistema de drenagem o que contribuiu para a diminuição dos alagamentos na favela.

Gráfico 17 – Percepção das pessoas que identificam melhorias no sistema de esgotamento sanitário no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO MELHOROU O ACESSO AO DIREITO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERRITÓRIO: DE QUE FORMA? (%)

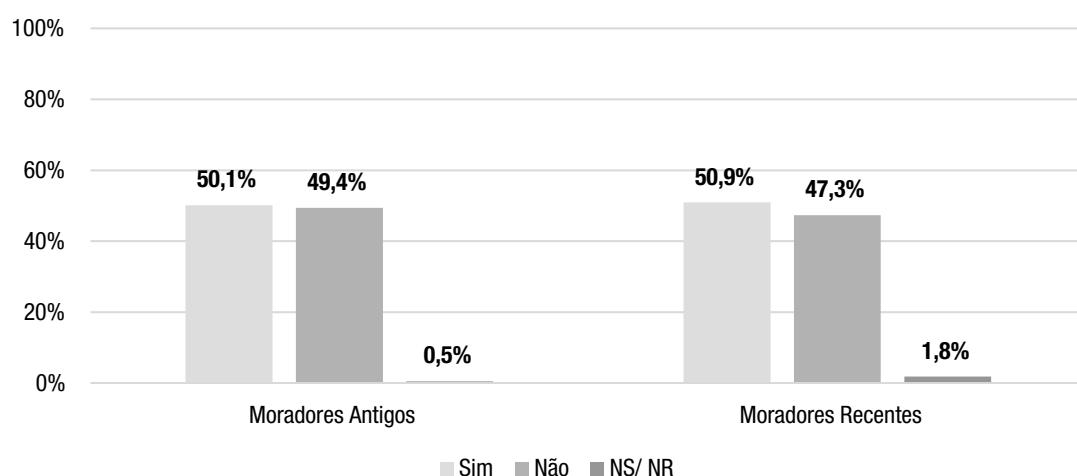


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Observa-se, a seguir, que um pouco mais da metade das(os) moradoras(es) antigas(os) (50,1%) e recentes (50,9%) identifica que ainda existem pessoas sem acesso ao esgotamento sanitário na favela.

Gráfico 18 – Percepção sobre a existência de pessoas sem acesso ao esgotamento sanitário no Parque João Goulart, por tempo de moradia.

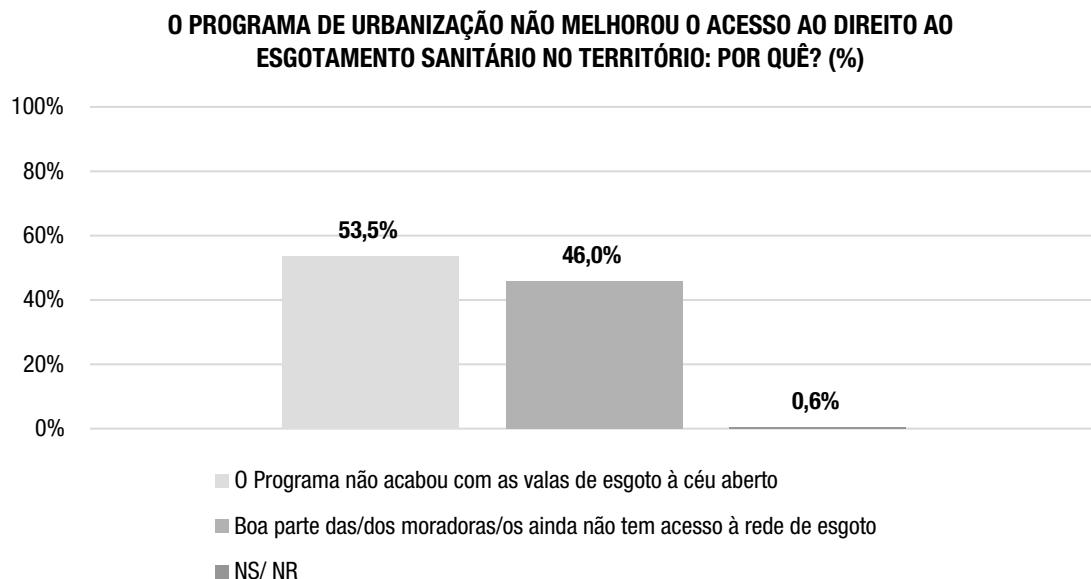
VOCÊ IDENTIFICA QUE EXISTEM PESSOAS SEM ACESSO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERRITÓRIO? (%)



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Dentre as(os) que responderam que não houve melhora no direito ao esgotamento sanitário, 53,5% apontam que o Morar Carioca não acabou com as valas de esgoto a céu aberto; e 46% identificam que boa parte das(os) moradoras(es) ainda não têm acesso à rede de esgoto.

Gráfico 19 – Percepção das pessoas que não identificam melhoria no acesso ao sistema de esgotamento sanitário no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



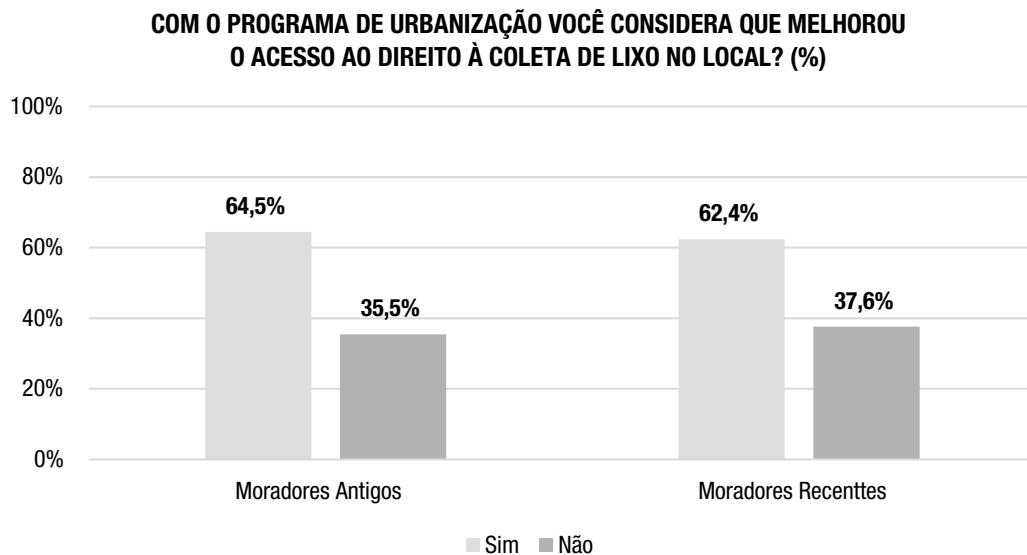
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

D. Direito ao acesso à coleta de lixo adequada

A seguir trataremos dos indicadores relacionados ao acesso à coleta de lixo adequada. Os dados retratam a percepção após a realização do programa de urbanização.

A maior parte das(os) moradoras(es) antigas(os) (64,5%) e das(os) recentes (62,4%) percebe que houve melhora da coleta de lixo no local. No entanto, cabe apontar que para 35,5% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 37,6% das(os) recentes não houve melhora.

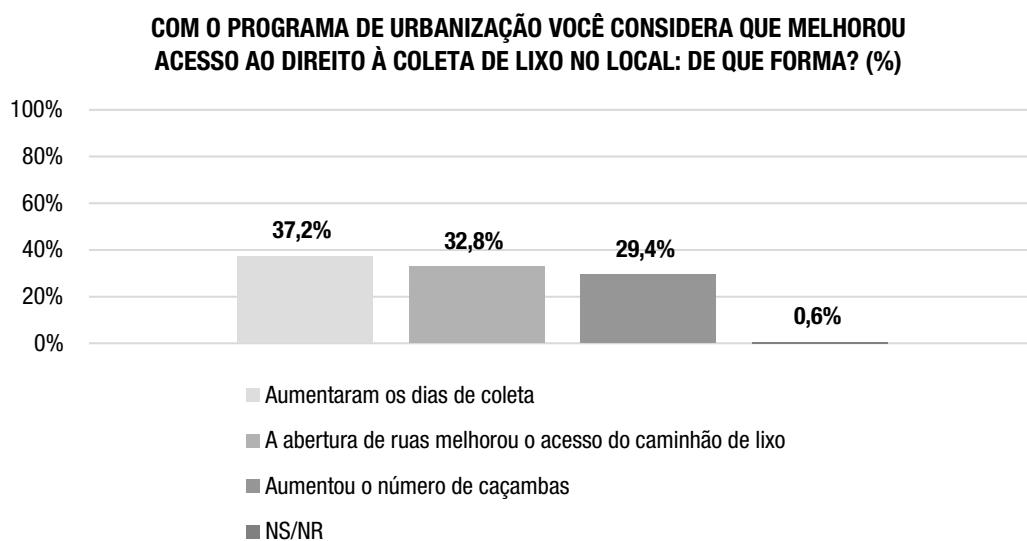
Gráfico 20 – Percepção se houve melhora no acesso a coleta de lixo no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

As(os) moradoras(es) que responderam que houve melhora na coleta de lixo no local consideram como aspectos positivos: para 37,2%, o aumento dos dias de coleta; outros 32,8% percebem que a abertura das ruas melhorou o acesso do caminhão de lixo; e 29,4% destacam o aumento do número de caçambas no local.

Gráfico 21 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à coleta de lixo no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

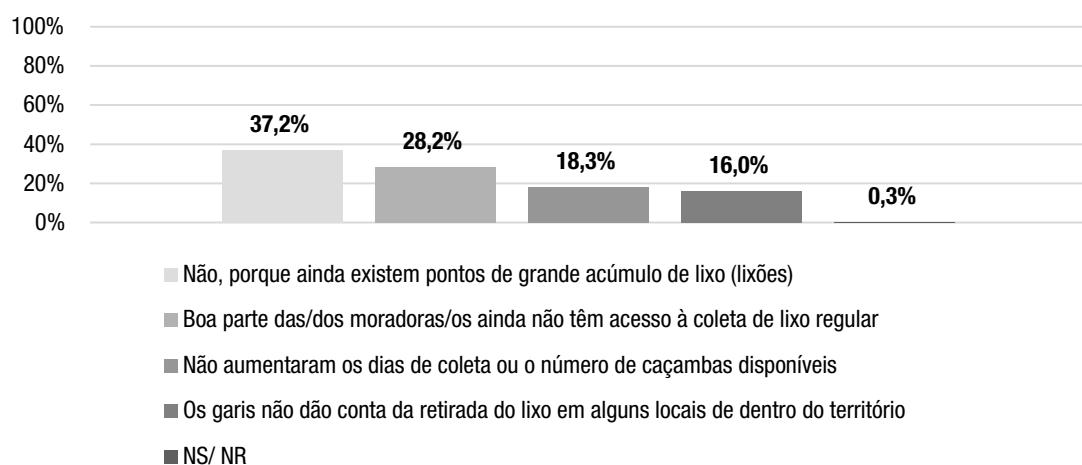


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

O próximo dado revela os pontos considerados por aquelas(es) que responderam que não houve melhora no direito ao acesso à coleta de lixo adequada no local. 37,2% indicam que ainda existem pontos de grande acúmulo de lixo (lixões) no território; 28,2% avaliam que boa parte das(os) moradoras(es) não tem acesso à coleta de lixo regular; 18,3% que não aumentaram os dias de coleta ou número de caçambas disponíveis; e para 16% os garis não dão conta da retirada do lixo em alguns locais da favela.

Gráfico 22 – Percepção das pessoas que não identificam melhoria no acesso a coleta de lixo no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização

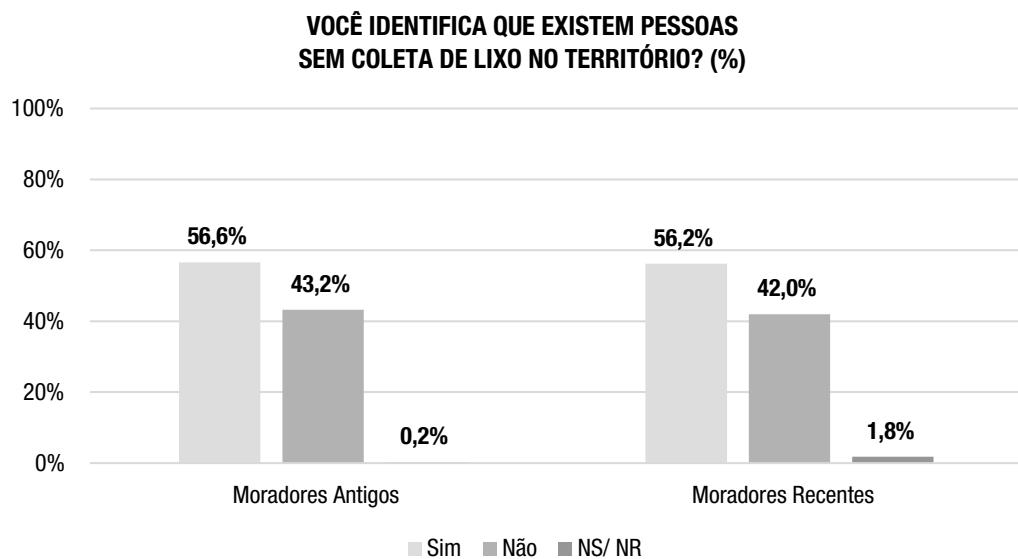
**COM O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO VOCÊ CONSIDERA QUE MELHOROU ACESSO
AO DIREITO À COLETA DE LIXO NO LOCAL? RESPOSTA NÃO: POR QUÊ? (%)**



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Ao verificarmos a percepção sobre a existência de moradoras(es) sem coleta de lixo, observamos que para mais da metade das(os) entrevistadas(os) existem pessoas no Parque João Goulart sem coleta de lixo: essa é a percepção de 56,6% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 56,2% das(os) recentes.

Gráfico 23 – Percepção sobre existência de pessoas sem coleta de lixo no Parque João Goulart, por tempo de moradia.

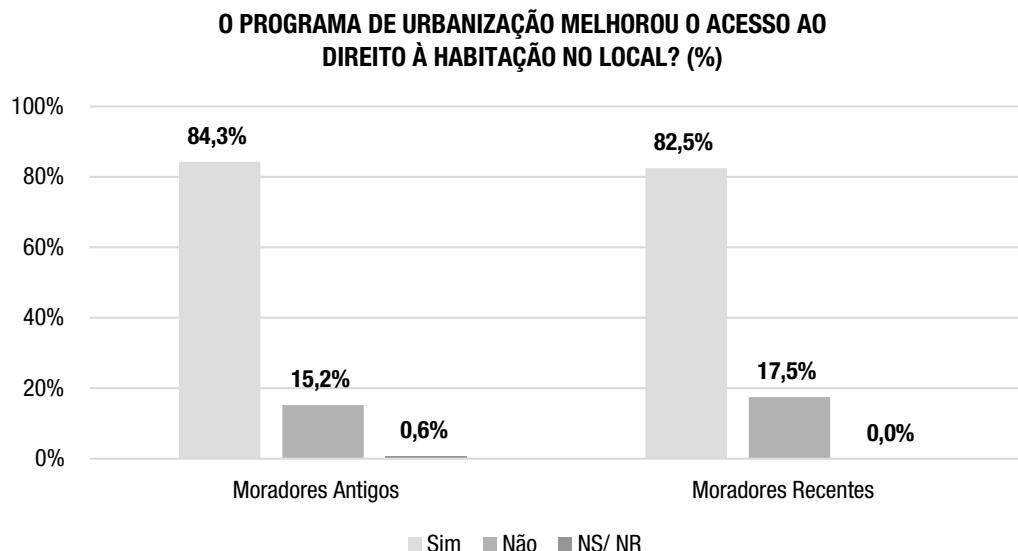


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

E. DIREITO AO ACESSO À HABITAÇÃO

Em relação ao direito ao acesso à habitação após a realização do Morar Carioca, observa-se que 84,3% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 82,5% das(os) recentes percebem a melhora no acesso a esse direito.

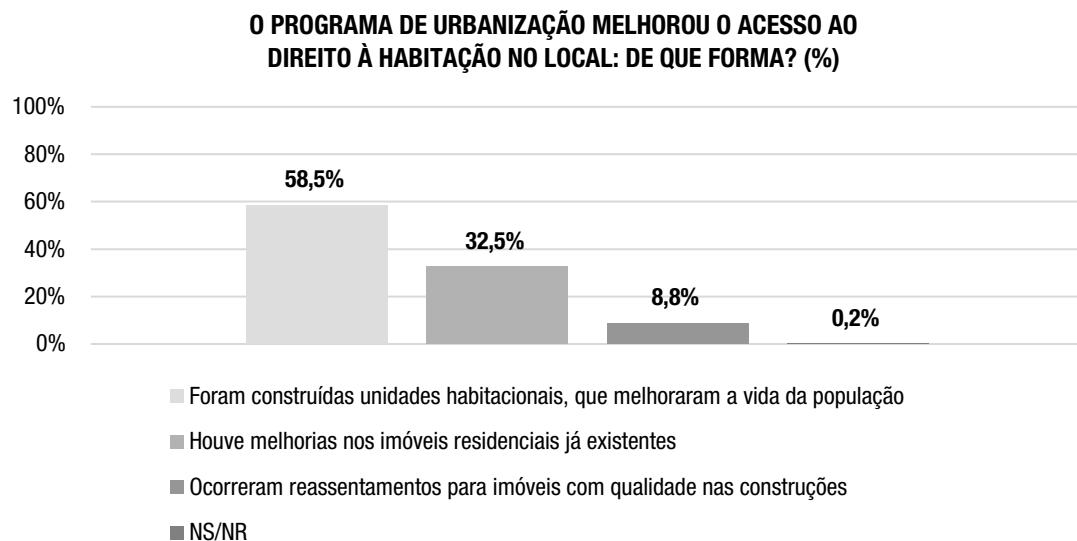
Gráfico 24 – Percepção se houve melhora no acesso à habitação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) que responderam que houve melhora no acesso ao direito à habitação, 58,5% apontam a construção de unidades habitacionais que melhoraram a vida da população; 32,5% observam que houve melhorias nos imóveis residenciais já existentes; e 8,8% indicam a ocorrência de reassentamentos para imóveis com qualidade nas construções.

Gráfico 25 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à habitação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

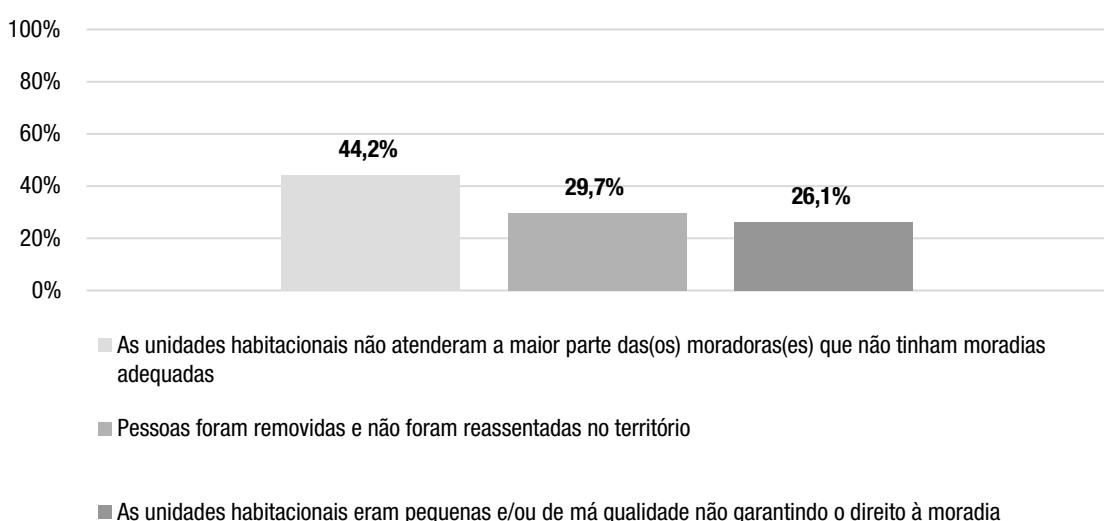


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas–2022/2023

Para aquelas(es) que consideram que não houve melhora no direito ao acesso à habitação na favela, 44,2% apontam que as unidades habitacionais não atenderam a maior parte das(os) moradoras(es) que não tinham moradias adequadas; 29,7% consideram que pessoas foram removidas e não foram reassentadas no território; e 26,1% avaliam que as unidades habitacionais construídas eram pequenas e/ou de má qualidade não garantindo o direito à moradia.

Gráfico 26 – Percepção das pessoas que não identificam melhoria no acesso à habitação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO MELHOROU O ACESSO AO DIREITO À HABITAÇÃO NO LOCAL? RESPOSTA NÃO: POR QUÊ? (%)



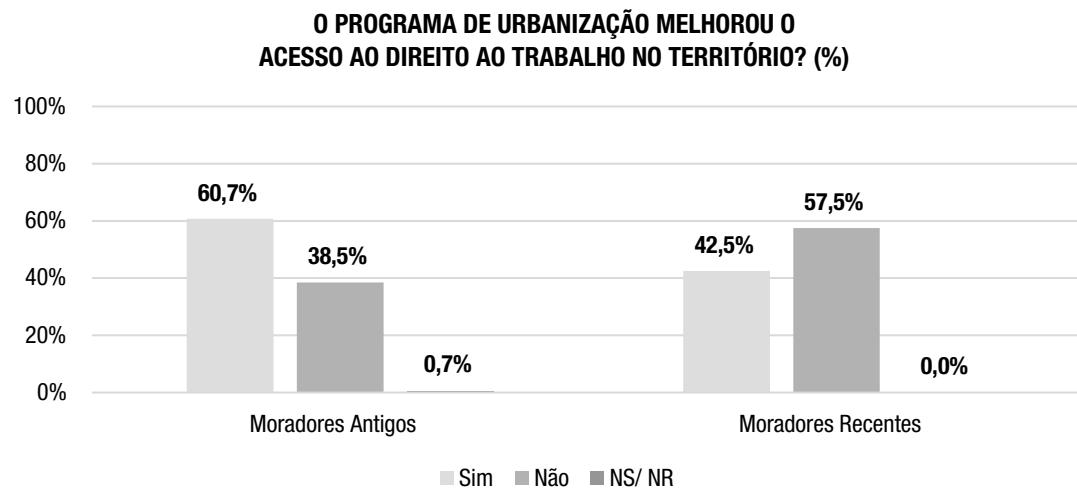
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

F. DIREITO AO ACESSO AO TRABALHO

Ao avaliar os impactos sobre o acesso ao direito ao trabalho, 60,7% das(os) moradoras(es) antigas(os) sinalizam que houve melhora nesse direito após as intervenções do programa de urbanização; 38,5% identificam que não houve.

Já para a maior parte das(os) moradoras(es) recentes não houve melhora: 57,5% indicam que o programa não melhorou o acesso ao direito ao trabalho e 42,5% identificam que houve melhora.

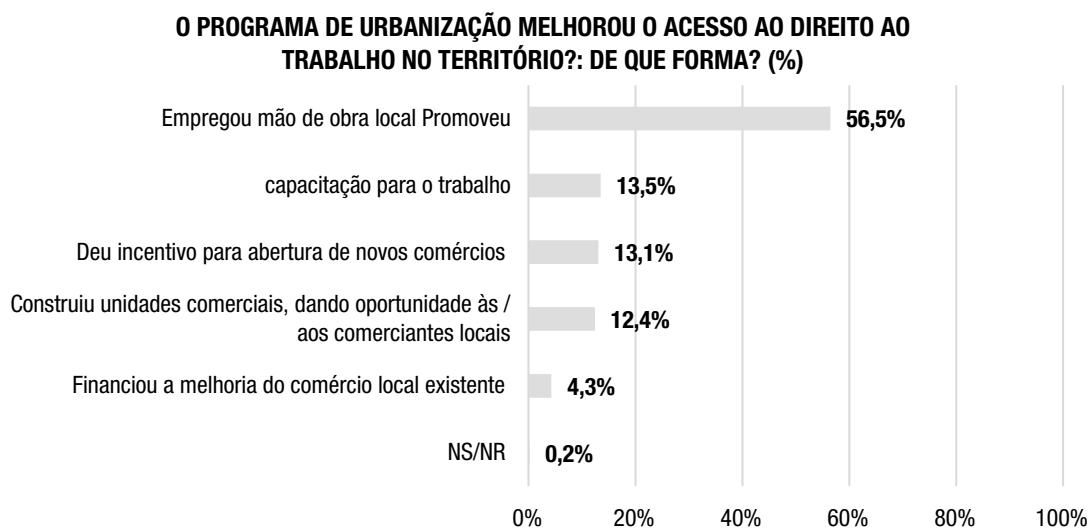
Gráfico 27 – Percepção se houve melhora no acesso ao trabalho no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) moradoras(es) que responderam que houve melhora no acesso ao direito ao trabalho, 56,5% apontam que, na época de realização do programa, houve emprego de mão de obra local; 13,5% indicam que houve a capacitação para o trabalho; 13,1% avaliam que houve incentivo para abertura de novos comércios; 12,4% que houve a construção de unidades comerciais dando oportunidade às/aos comerciantes locais; e 4,3% que financiou a melhoria do comércio local.

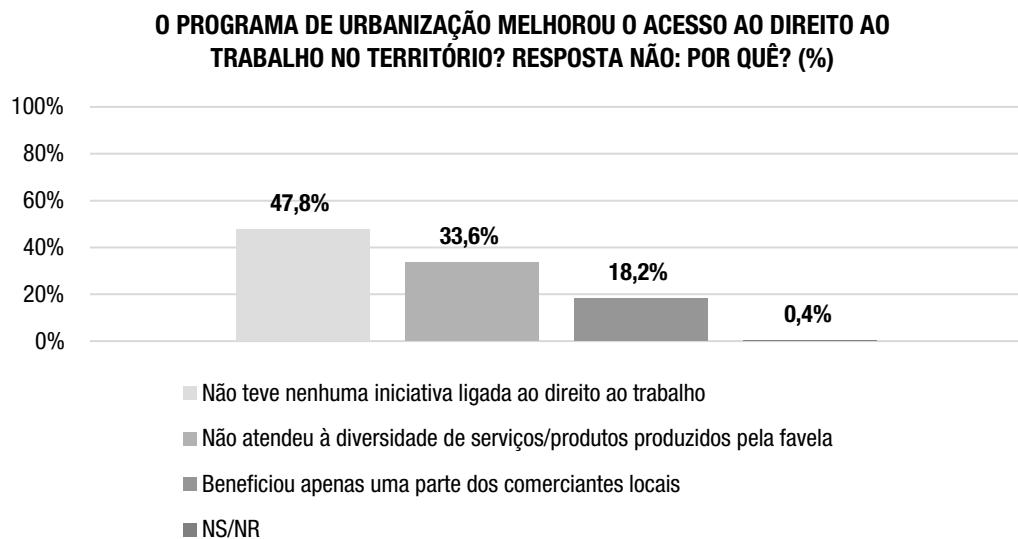
Gráfico 28 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso ao trabalho no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas–2022/2023

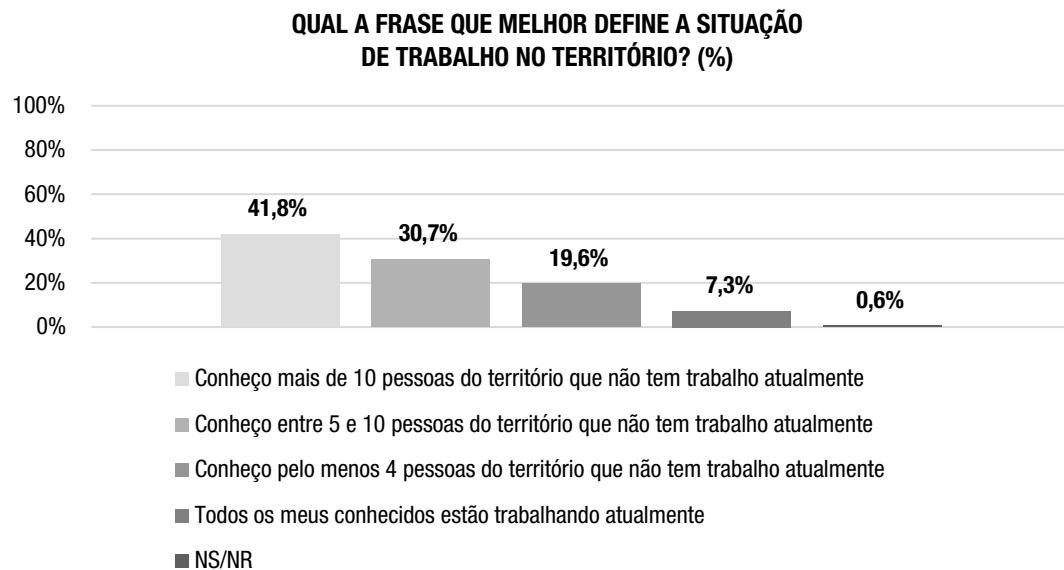
Das(os) moradoras(es) que responderam que não houve melhora no acesso ao trabalho, 47,8% apontam que o programa de urbanização não teve nenhuma iniciativa ligada ao direito ao trabalho; 33,6% avaliam que não atendeu à diversidade de serviços/produtos produzidos pela favela; e 18,2% que o programa beneficiou apenas uma parte dos comerciantes locais.

Gráfico 29 – Percepção das pessoas que não identificam melhoria no acesso ao trabalho no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Ao serem questionados sobre a frase que melhor define a situação do trabalho no território, 41,8% afirmam conhecer mais de 10 pessoas do território que não têm trabalho atualmente; 30,7% conhecem entre 5 e 10 pessoas do território que não têm trabalho atualmente; 19,6% conhecem pelo menos 4 pessoas do território que não têm trabalho atualmente; e 7,3% que todas(os) as(os) conhecidas(os) estão trabalhando atualmente.

Gráfico 30 – Percepção sobre a situação do trabalho no Parque João Goulart.



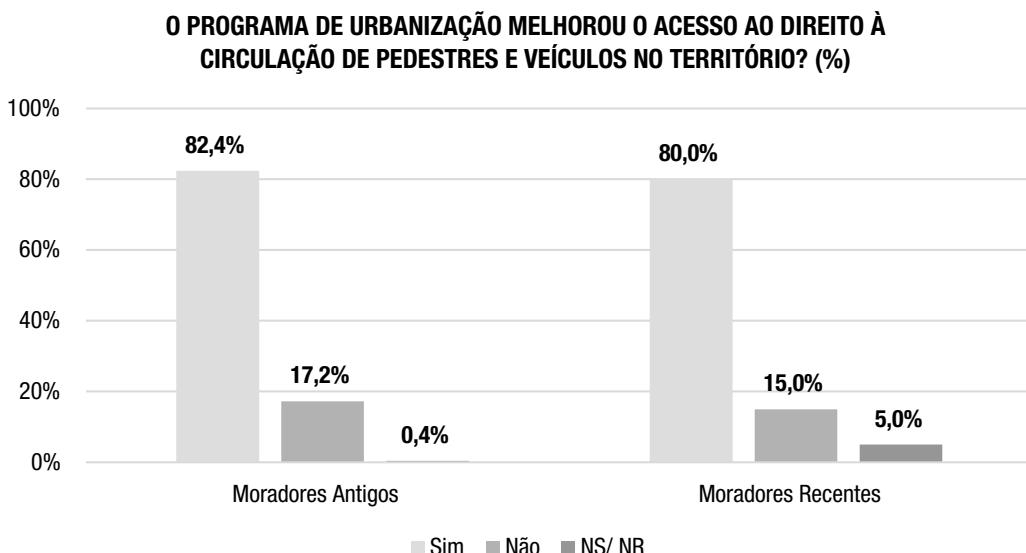
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

G. DIREITO AO ACESSO À MOBILIDADE

A seguir iremos tratar dos resultados referentes ao direito à mobilidade na favela considerando a realização das ações do Morar Carioca.

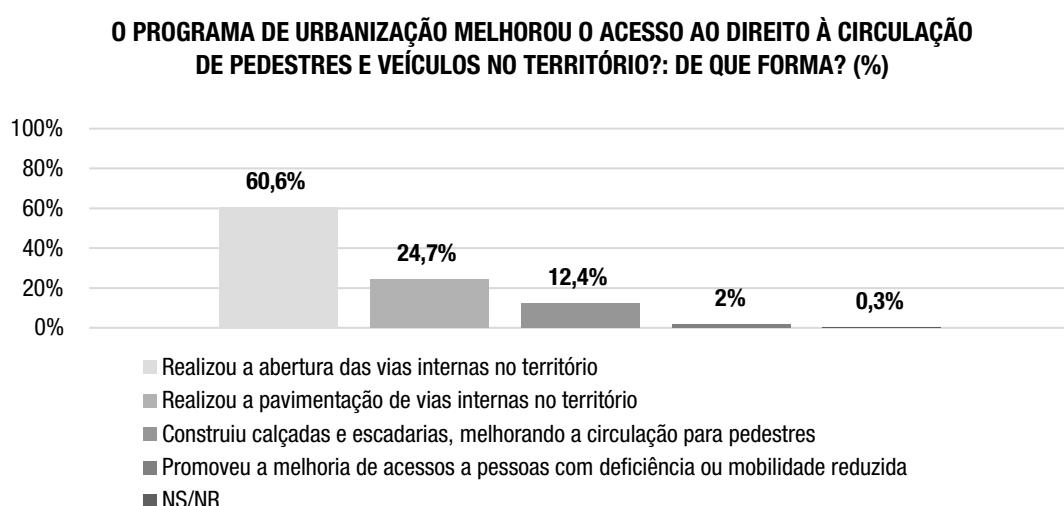
Conforme os dados obtidos, observa-se que 82,4% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 80% das(os) recentes consideram que o programa de urbanização melhorou o acesso ao direito à mobilidade no território.

Gráfico 31 – Percepção se houve melhora na mobilidade de pedestres e veículos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Entre as(os) moradoras(es) que identificam a melhora no direito à mobilidade, 60,6% apontam que o programa realizou a abertura das vias internas no território; 24,7% que o programa realizou pavimentação de vias internas no território; 12,4% que construiu calçadas e escadarias, melhorando a circulação para pedestres; e 2% indicaram que o programa promoveu melhoria de acessos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

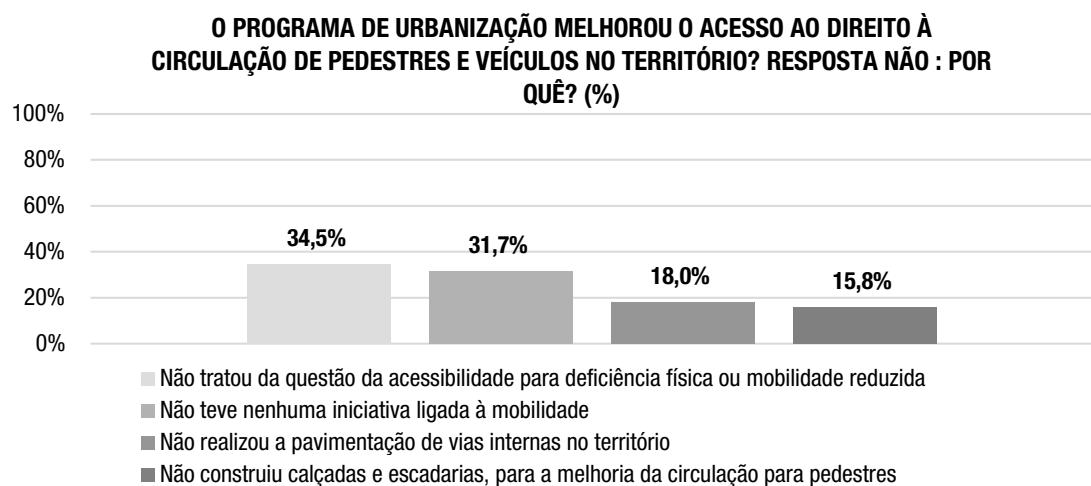
Gráfico 32 – Percepção das pessoas que identificam melhora na mobilidade de pedestres e veículos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Entre as(os) moradoras(es) que não identificam melhora no direito à mobilidade, observamos que 34,5% consideram que o programa não tratou da questão da acessibilidade para deficiência física ou mobilidade reduzida; 31,7% avaliam que o programa não teve nenhuma iniciativa ligada à mobilidade; 18% apontam que não realizou a pavimentação de vias internas no território; e 15,8% consideram que não construiu calçadas e escadarias para a melhoria da circulação para pedestres.

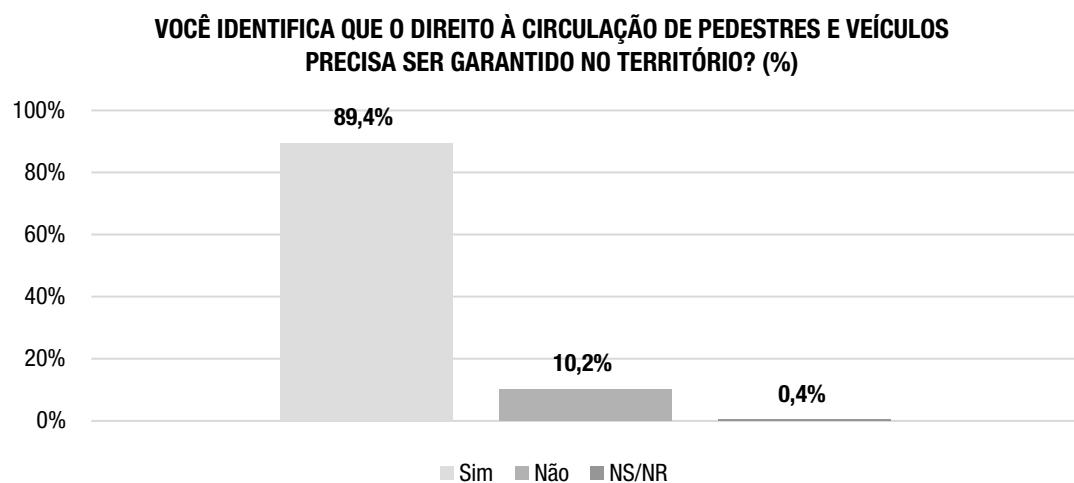
Gráfico 33 – Percepção das pessoas que não identificam melhora na mobilidade de pedestres e veículos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Quando questionados se o direito à circulação de pedestres e veículos precisa ser garantido no território, 89,4% responderam de modo afirmativo.

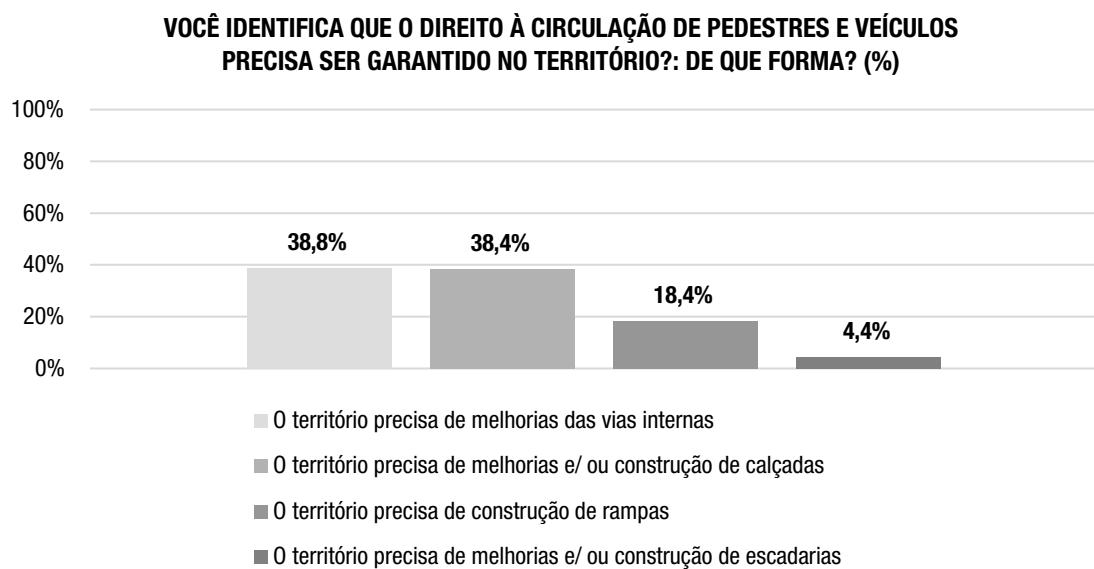
Gráfico 34 – Percepção sobre a garantia do direito de mobilidade no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Ao responderem sobre quais aspectos devem ser melhorados para garantir a circulação de pedestres e veículos no território, podemos observar os seguintes pontos destacados: 38,8% apontam que o território precisa de melhorias das vias internas; 38,4% que o território precisa de melhorias e/ou construção de calçadas; 18,4% indicam que o território precisa da construção de rampas; e 4,4% destacam a necessidade de construção e/ou melhorias de escadarias.

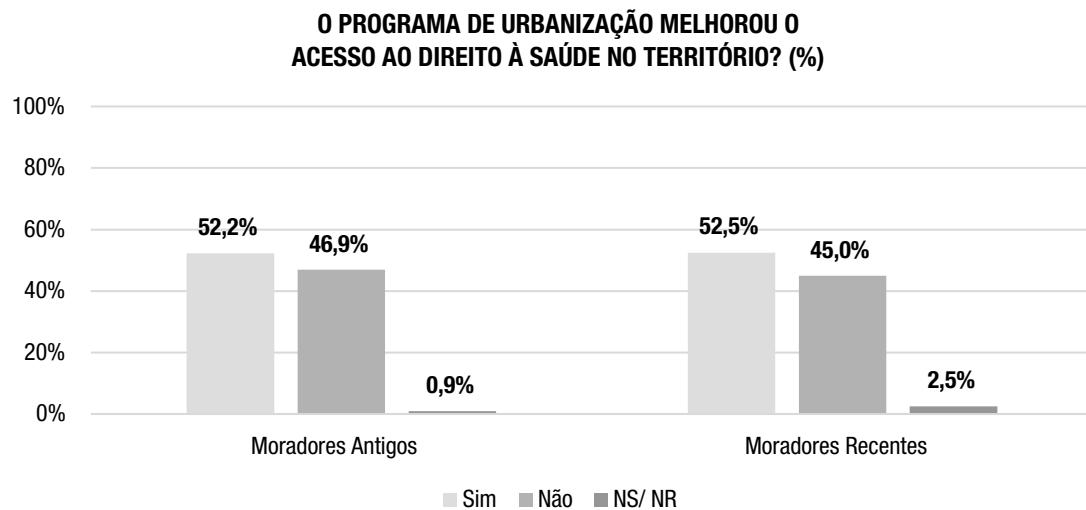
Gráfico 35 – Percepção das pessoas sobre a necessidade de garantia do direito à circulação de pedestres e veículos no Parque João Goulart.



H. DIREITO AO ACESSO À SAÚDE

Quanto à percepção sobre o acesso ao direito à saúde, observa-se que pouco mais da metade das pessoas entrevistadas indica que houve melhora após a realização do programa de urbanização: 52,2% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 52,5% das(os) moradoras(es) recentes.

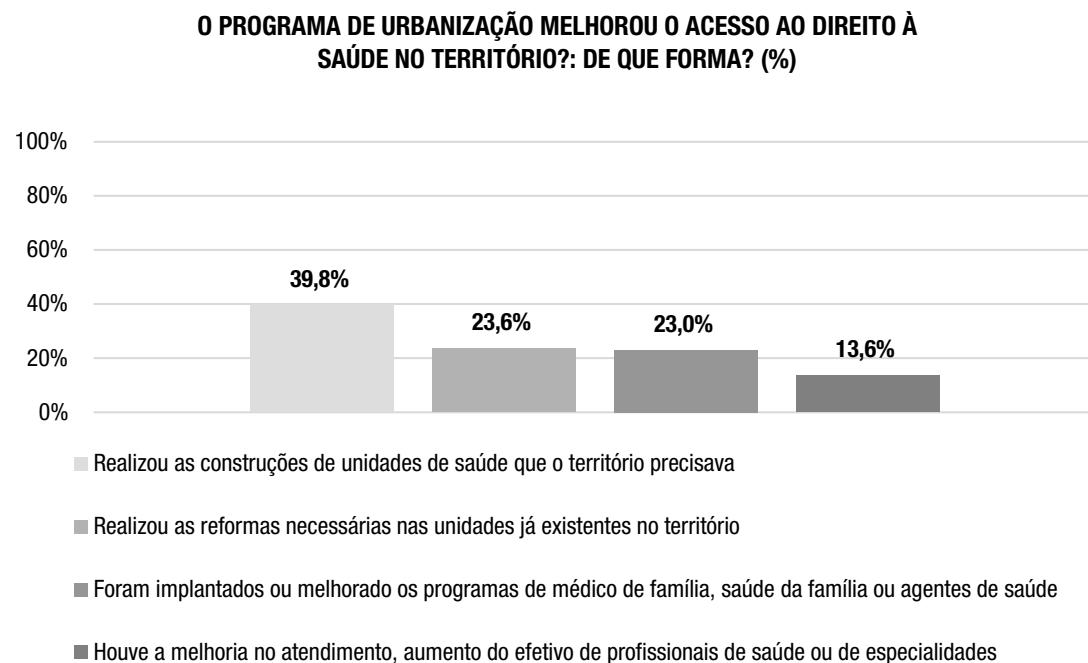
Gráfico 36 – Percepção se houve melhora no acesso à saúde no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre aquelas(es) que consideram que houve melhora no acesso ao direito à saúde no território, os aspectos observados foram: para 39,8% o programa realizou as construções de unidades de saúde que o território precisava; 23,6% apontam que realizou reformas necessárias nas unidades já existentes; 23% consideram que com o programa houve implantação ou melhoria dos programas de Médicos de Família, Saúde da Família ou de agentes de saúde; e 13,6% sinalizam que houve melhoria no atendimento, aumento do efetivo de profissionais de saúde ou de especialidades.

Gráfico 37 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à saúde no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

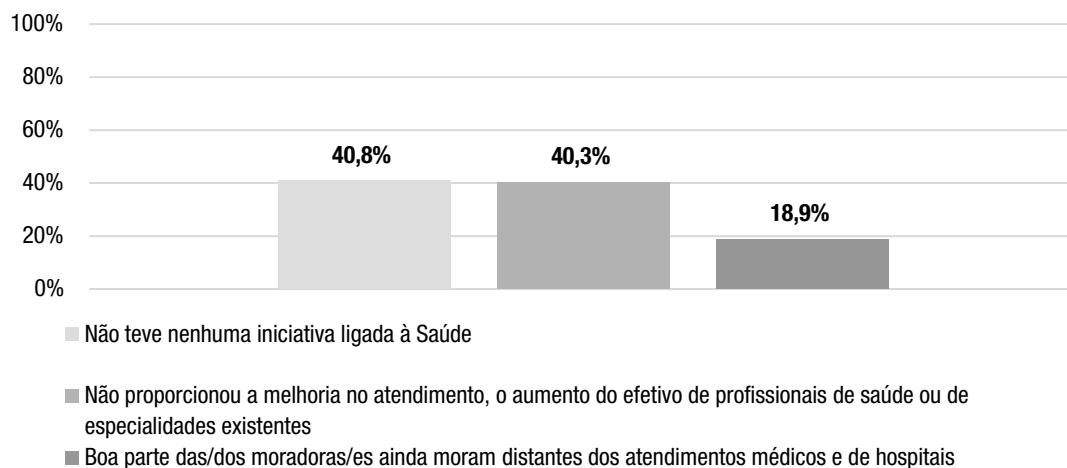


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) que não observam a melhora no acesso ao direito à saúde, verifica-se que: para 40,8% o programa de urbanização não teve nenhuma iniciativa ligada à saúde; 40,3% consideram que o programa não proporcionou melhoria no atendimento; e 18,9% que boa parte das(os) moradoras(es) estão distantes dos atendimentos de saúde.

Gráfico 38 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso à saúde no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO MELHOROU O ACESSO AO DIREITO À SAÚDE NO TERRITÓRIO? RESPOSTA NÃO: POR QUÊ? (%)

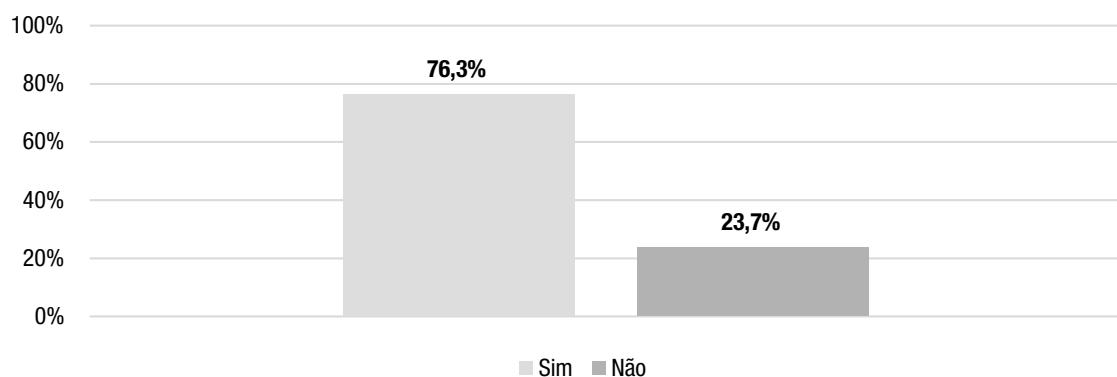


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Outro dado significativo aponta para 76,3% das(os) moradoras(es) que percebem a existência de pessoas que ficam sem atendimento à saúde no território.

Gráfico 39 – Percepção sobre a existência de pessoas sem atendimento à saúde no Parque João Goulart.

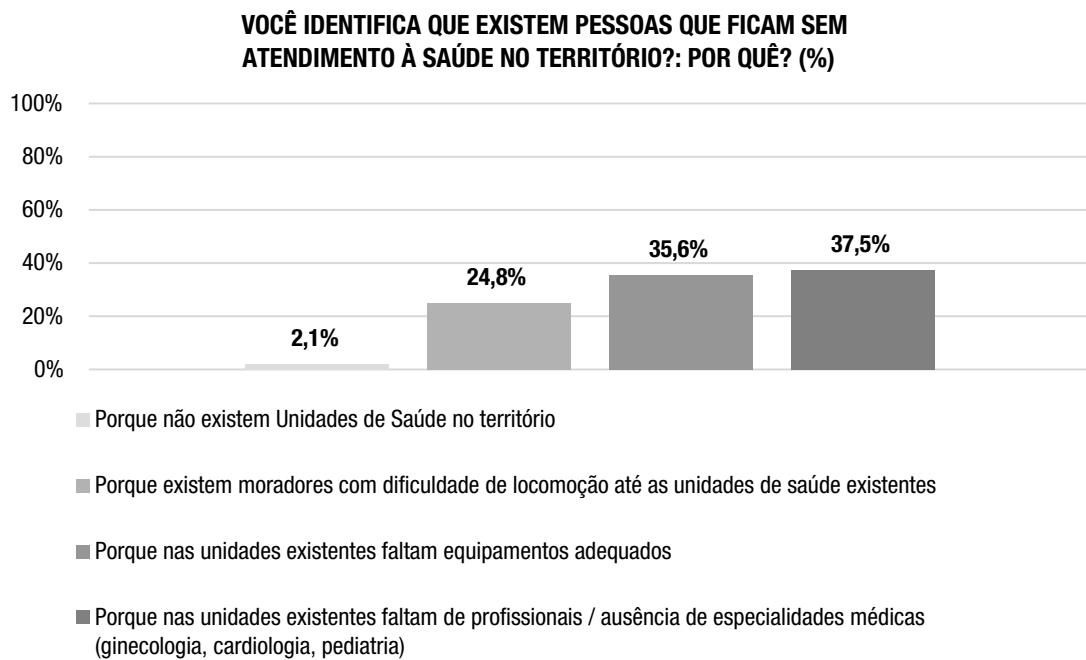
VOCÊ IDENTIFICA QUE EXISTEM PESSOAS QUE FICAM SEM ATENDIMENTO À SAÚDE NO TERRITÓRIO? (%)



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

De acordo com as(os) moradoras(es) que percebem a existência de pessoas sem acesso a saúde na favela, 37,5% indicam que nas unidades existentes faltam profissionais/há ausência de especialidades médicas; 35,6% avaliam que faltam equipamentos adequados nas unidades existentes; 24,8% observam que existem moradoras(es) com dificuldade de locomoção até as unidades de saúde existentes; e 2,1% indicam que não existem unidades de saúde no território.

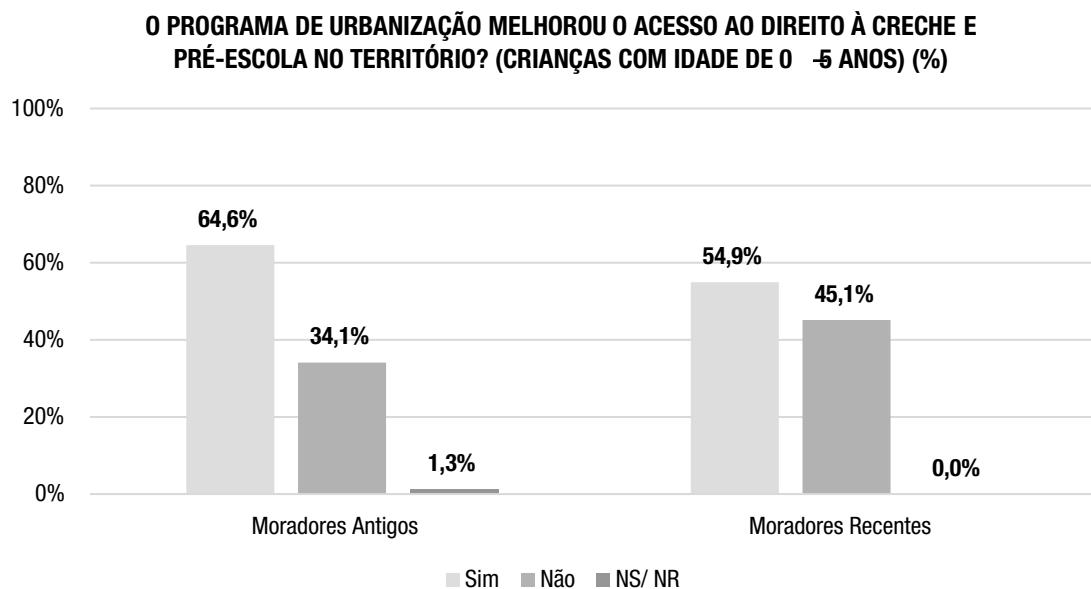
Gráfico 40 – Percepção sobre as dificuldades ao atendimento à saúde no Parque João Goulart.



I. DIREITO AO ACESSO À CRECHE E PRÉ-ESCOLA

64,6% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 54,9% das(os) moradoras(es) recentes indicam que houve melhora no acesso ao direito à creche e pré-escola após as intervenções do programa de urbanização.

Gráfico 41 – Percepção se houve melhora no acesso à creche e pré-escola no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.

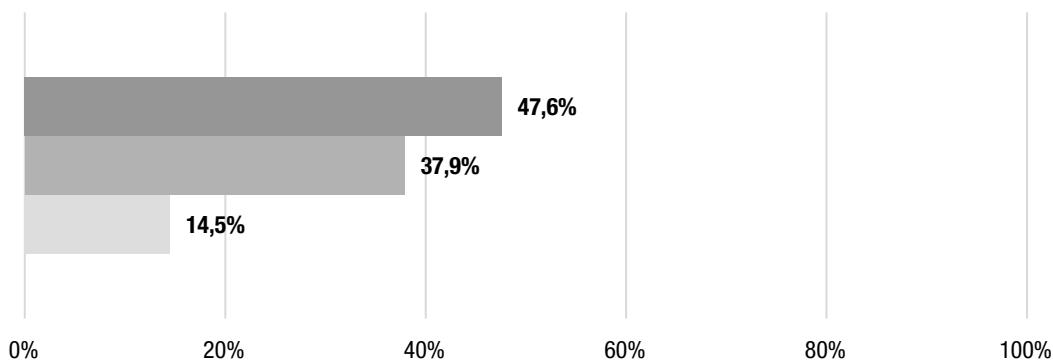


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) moradoras(es) que avaliam que houve melhora no acesso à creche e pré-escola, 47,6% apontam que o programa realizou a construção de novas unidades de creches e pré-escolas que o território precisava; 37,9% que realizou as reformas das creches e pré-escolas existentes no território (novas salas, refeitório, cozinha, pátio); e 14,5% identificam que houve a melhoria no serviço prestado pelas unidades locais (aumento no efetivo de profissionais, aumento de vagas, novas gestões).

Gráfico 42 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à creche e pré-escola no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO MELHOROU O ACESSO AO DIREITO À CRECHE E PRÉ-ESCOLA NO TERRITÓRIO? (CRIANÇAS COM IDADE DE 0 – 5 ANOS): DE QUE FORMA? (%)



■ Realizou a construção de novas unidades de creches e pré-escolas que o território precisava

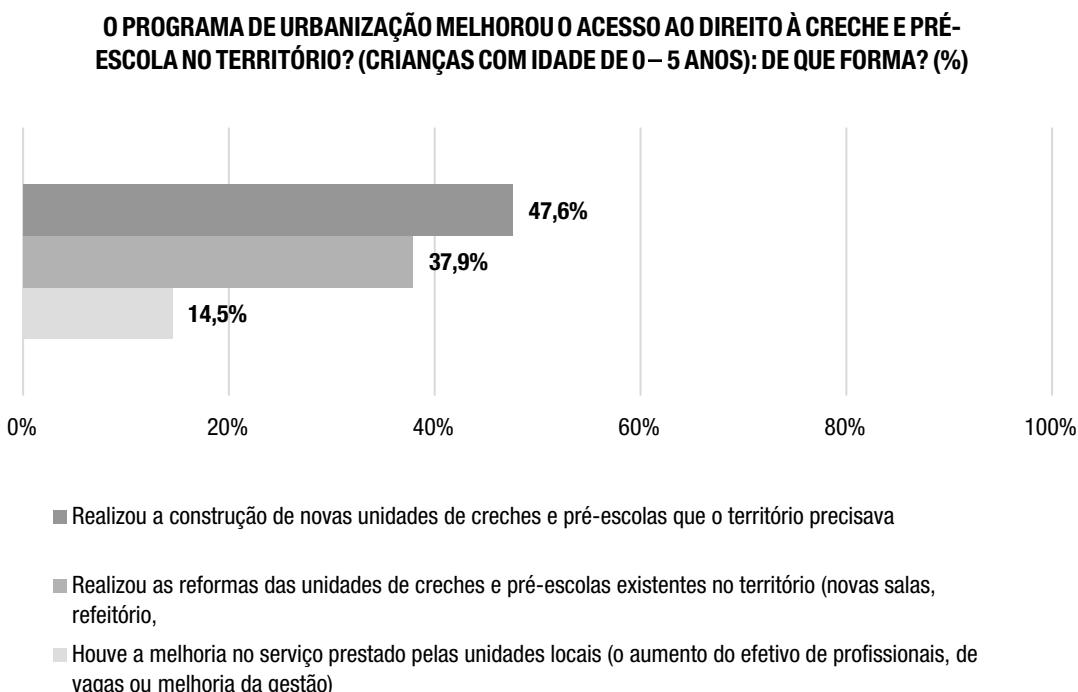
■ Realizou as reformas das unidades de creches e pré-escolas existentes no território (novas salas, refeitório,

■ Houve a melhoria no serviço prestado pelas unidades locais (o aumento do efetivo de profissionais, de vagas ou melhoria da gestão)

Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

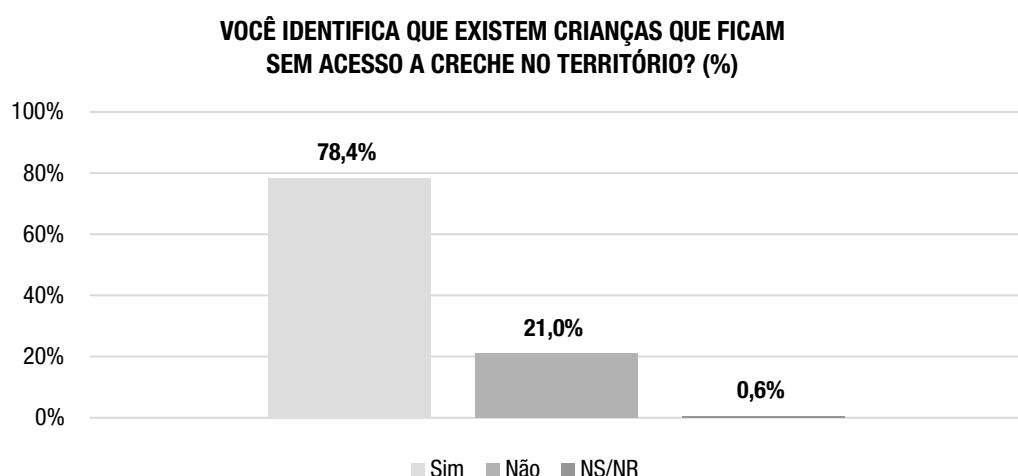
Entre as(os) que responderam que não houve melhora no direito de acesso às creches e pré-escolas, 40,6% observam que o programa não teve nenhuma iniciativa ligada à educação; 20,8% indicam que o programa não proporcionou o aumento efetivo de profissionais, de vagas ou melhorias de gestão; 20,4% que não houve melhoria das unidades existentes; e 17,8% avaliam que boa parte das crianças moram distantes das unidades.

Gráfico 43 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso à creche e pré-escola no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



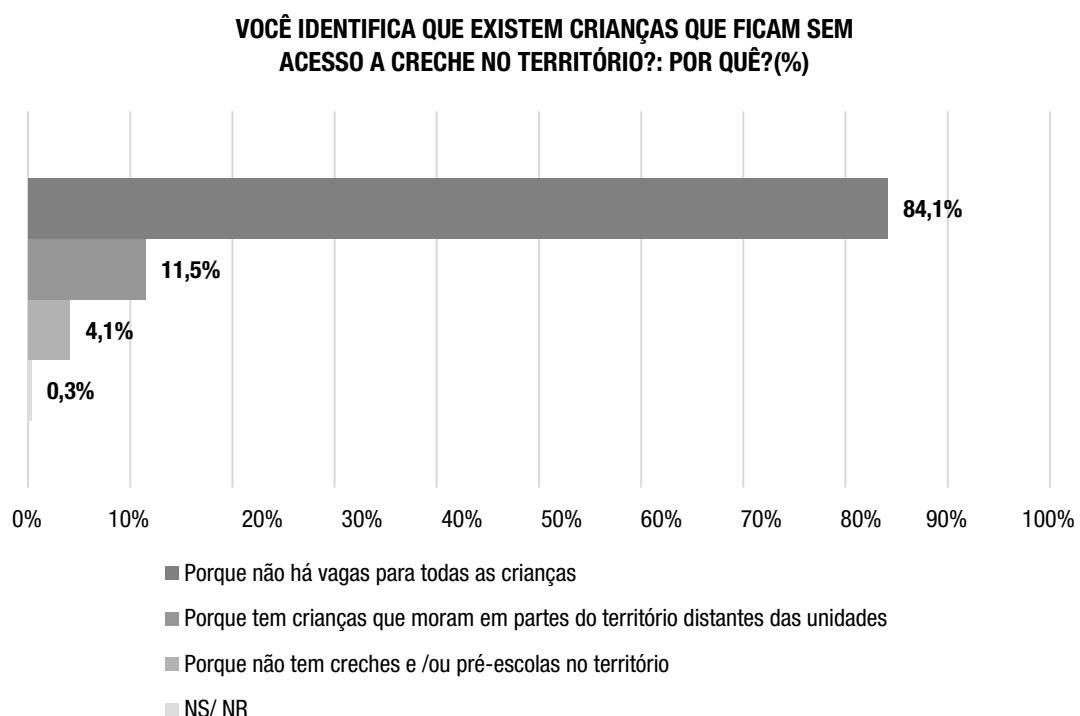
Já 78,4% das moradoras e moradores entrevistados avaliam que existem crianças sem acesso à creche ou à pré-escola no território.

Gráfico 44 – Percepção sobre a existência de crianças sem acesso à creche e pré-escola no Parque João Goulart.



Entre as(os) moradoras(es) que consideram que existem crianças que não têm acesso às creches e pré-escolas no território, a maioria (84,1%) observa que não há vagas para todas as crianças; 11,5% indicam que há crianças que moram distantes das unidades; e 4,1% que não há creches no território.

Gráfico 45 – Percepção sobre as dificuldades apontadas pelas pessoas que identificam a existência de crianças sem acesso a creche no Parque João Goulart.

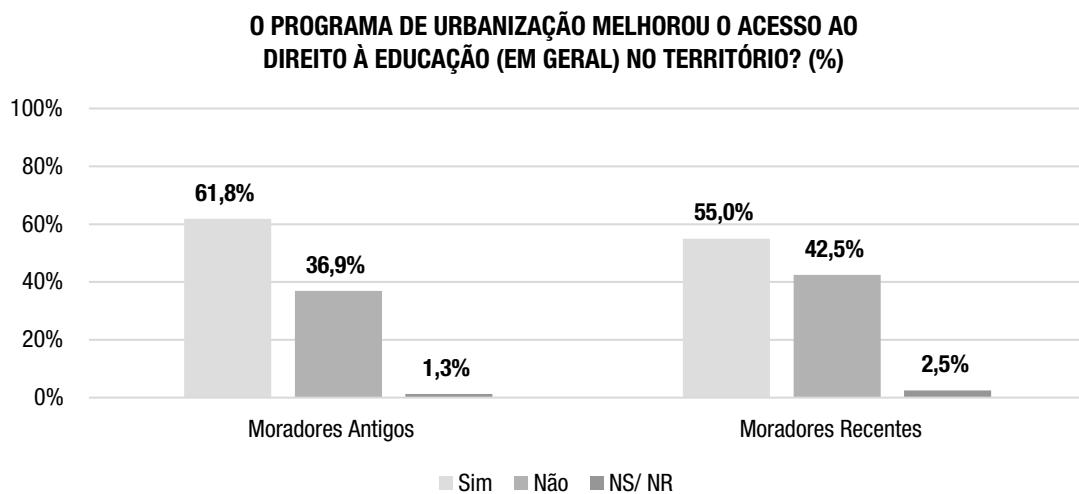


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

J. DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO

Para 61,8% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 55% das(os) recentes o direito ao acesso à educação melhorou no território após as intervenções realizadas pelo Morar Carioca.

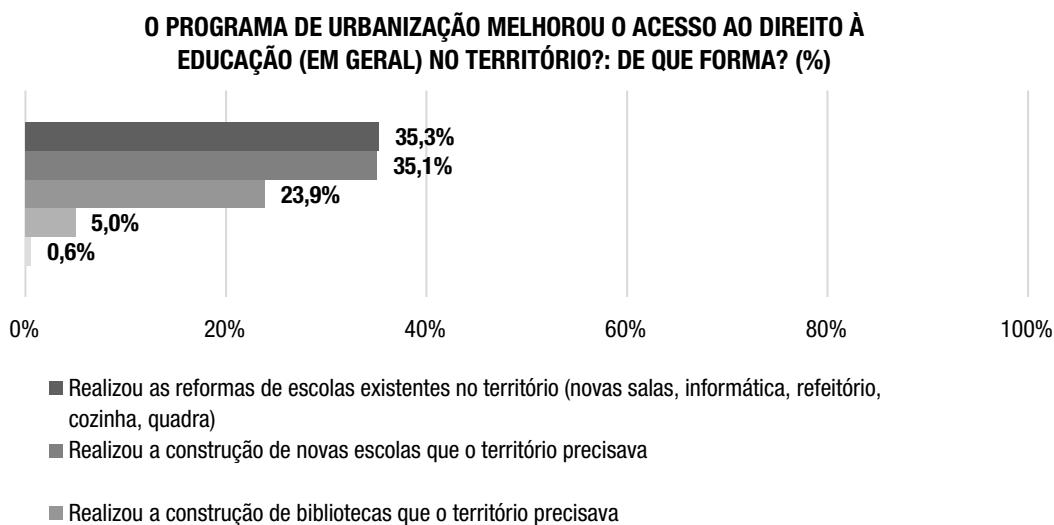
Gráfico 46 – Percepção se houve mudança no acesso à educação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) que responderam que houve melhora, 35,3% identificam que o programa realizou as reformas de escolas existentes no território (novas salas, informática, refeitório, cozinha, quadras, bibliotecas); 35,1% observam que o programa realizou a construção de novas escolas; 23,9% percebem que o programa realizou a construção de bibliotecas; 5% avaliam que com a realização do programa houve a melhoria no serviço prestado pelas escolas locais.

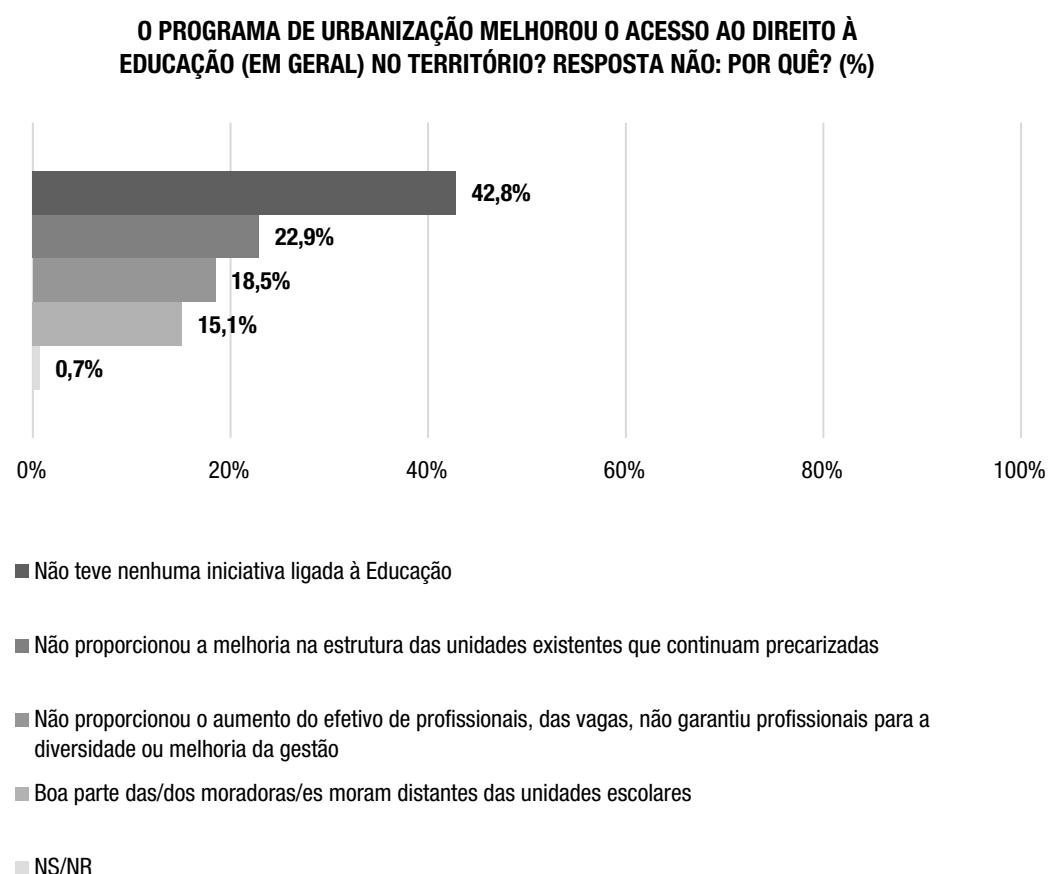
Gráfico 47 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à educação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Já entre aquelas(es) que consideram que não houve melhora no acesso ao direito à educação, 42,8% avaliam que o Morar Carioca não teve nenhuma iniciativa ligada à educação; 22,9% que não houve melhorias nas estruturas das unidades existentes; 18,5% que o programa não proporcionou o aumento de profissionais, de vagas, não garantiu profissionais para a diversidade ou melhoria da gestão; e 15,1% que boa parte das(os) moradoras(es) moram distantes das unidades escolares.

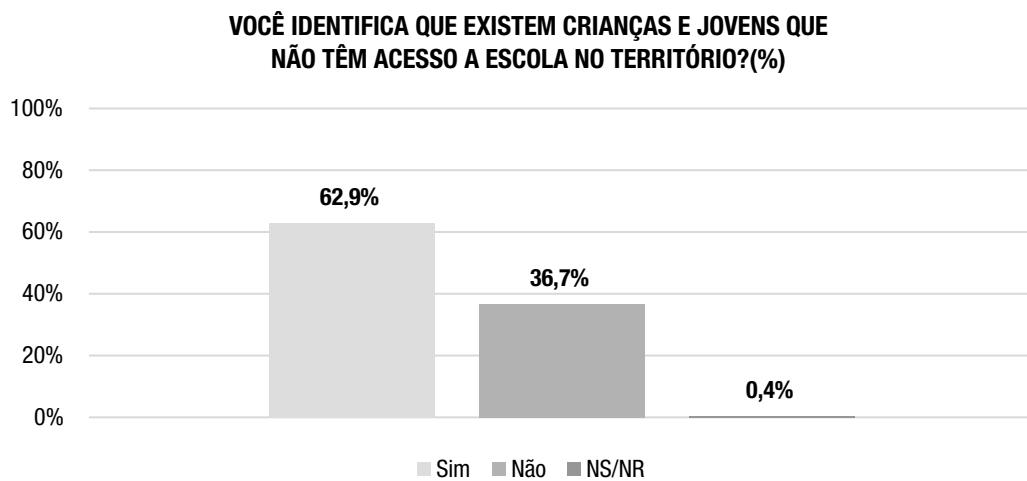
Gráfico 48 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso à educação no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Observamos a seguir que a maior parte das(os) moradoras(es) (62,9%) identifica que há crianças e jovens que não têm acesso à escola no território.

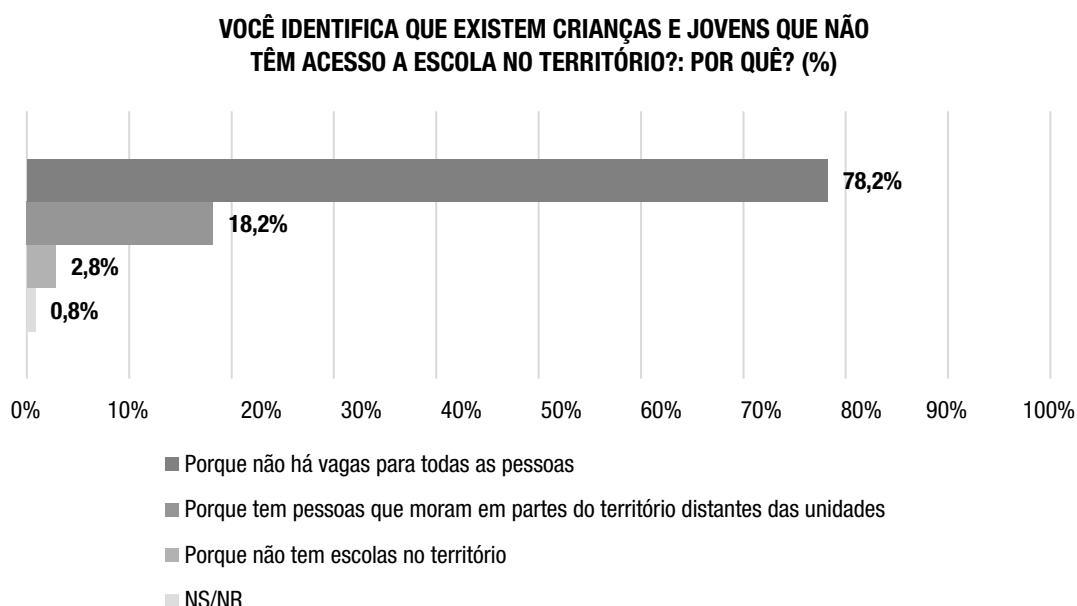
Gráfico 49 – Percepção sobre a existência de crianças sem acesso à escola no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Entre as(os) moradoras(es) que identificam a existência de crianças e jovens fora das escolas, 78,2% observam que isso ocorre porque não há vagas para todas as pessoas; 18,2% identificam que há pessoas que moram em partes do território distantes das unidades; e 2,8% avaliam que é porque não há escolas no território.

Gráfico 50 – Percepção sobre as dificuldades apontadas pelas pessoas que identificam a existência de crianças sem acesso à educação no Parque João Goulart.

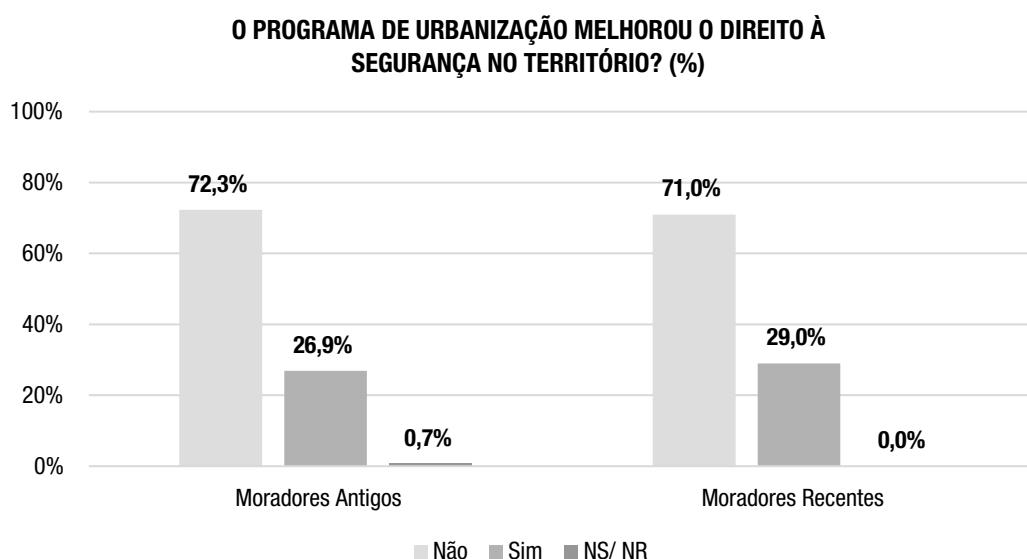


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

K. DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA

Quando abordamos a percepção sobre a melhora do direito à segurança pública no Parque João Goulart após a realização do Morar Carioca, verificamos que 72,3% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 71% das(os) recentes avaliam que o programa não melhorou o direito à segurança no território.

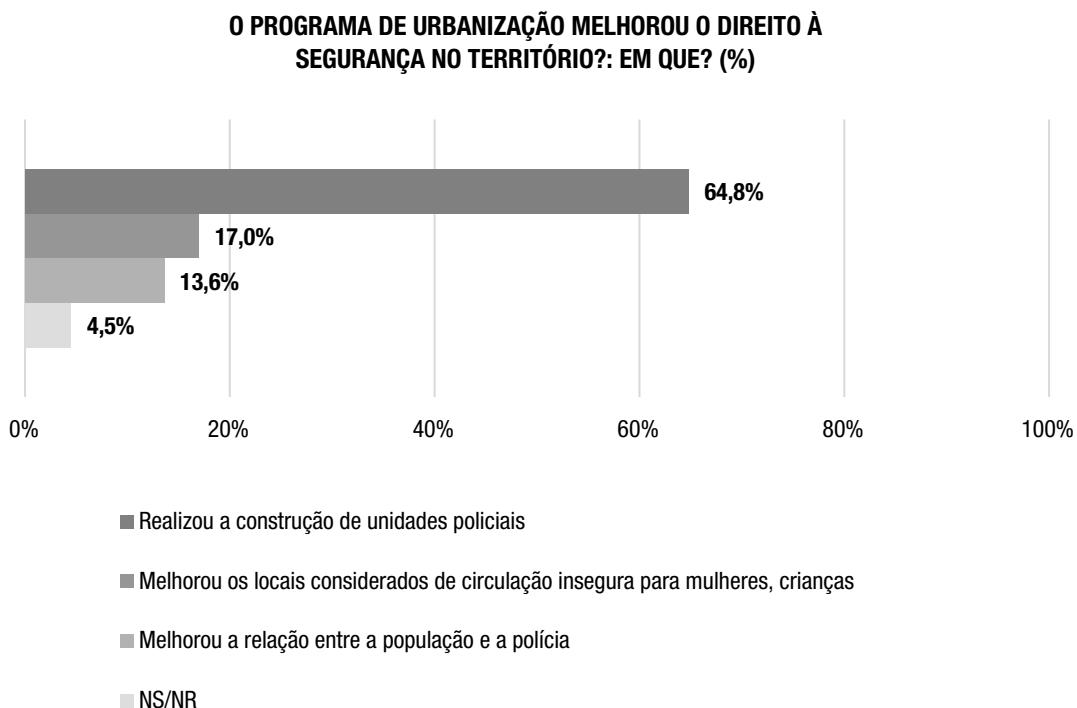
Gráfico 51 – Percepção se houve mudança no acesso à segurança pública no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre os que consideram que houve melhora no direito à segurança, 64,8% indicam que o programa realizou a construção de unidades policiais; 17% avaliam que o programa melhorou os locais considerados de circulação insegura para mulheres e crianças; 13,6% percebem que o programa melhorou a relação entre a população e a polícia; e outros 4,5% não sabem ou não responderam à questão.

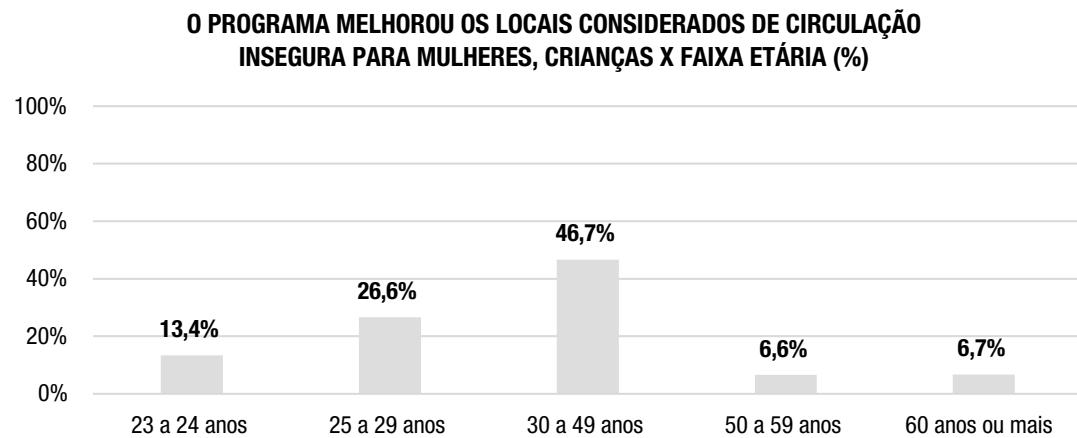
Gráfico 52 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso à segurança pública no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Sobre a melhoria de locais considerados inseguros para a circulação de crianças e mulheres, fizemos um recorte para avaliar as respostas de acordo com as faixas etárias das pessoas entrevistadas. Verificamos que essa foi uma questão destacada principalmente pelas(os) moradoras(es) com idade entre 30 e 49 anos (46,7%) e pelas(os) mais jovens: com idade entre 25 e 29 anos (26,6%) e com idade entre 23 e 24 anos (13,4%).

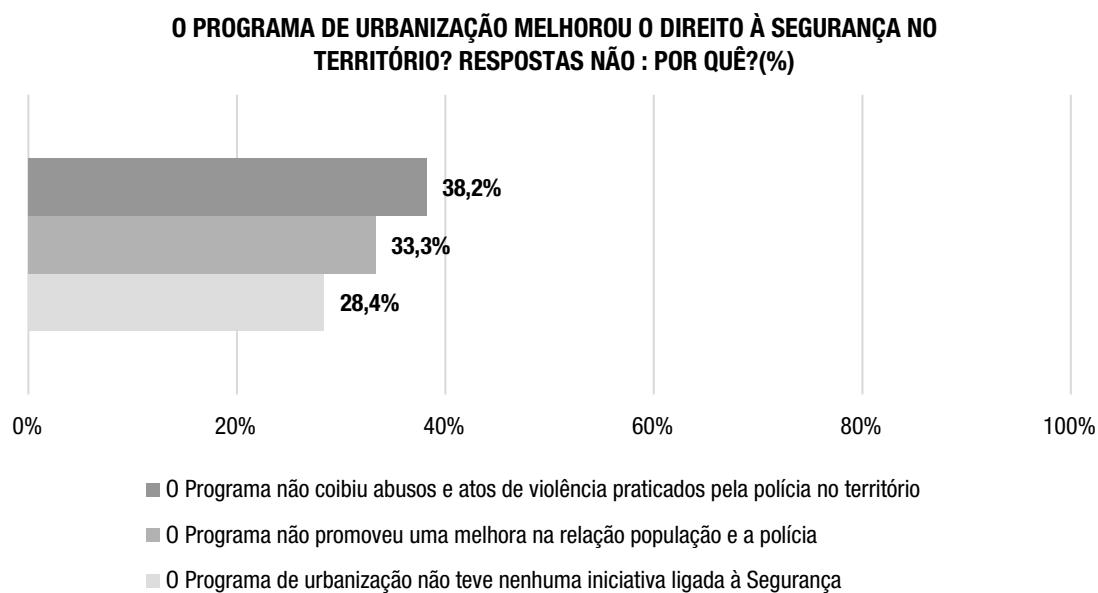
Gráfico 53 – Percepção sobre melhora nos locais considerados de circulação insegura para mulheres e crianças no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por faixa etária.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Para as(os) moradoras(es) que responderam que não houve melhora na segurança pública, 38,2% sinalizam que o programa não coibiu abusos e atos de violência praticadas pela polícia no território; 33,3% que não promoveu melhora na relação da população com a polícia; e 28,4% apontam que o programa não teve nenhuma iniciativa ligada à segurança.

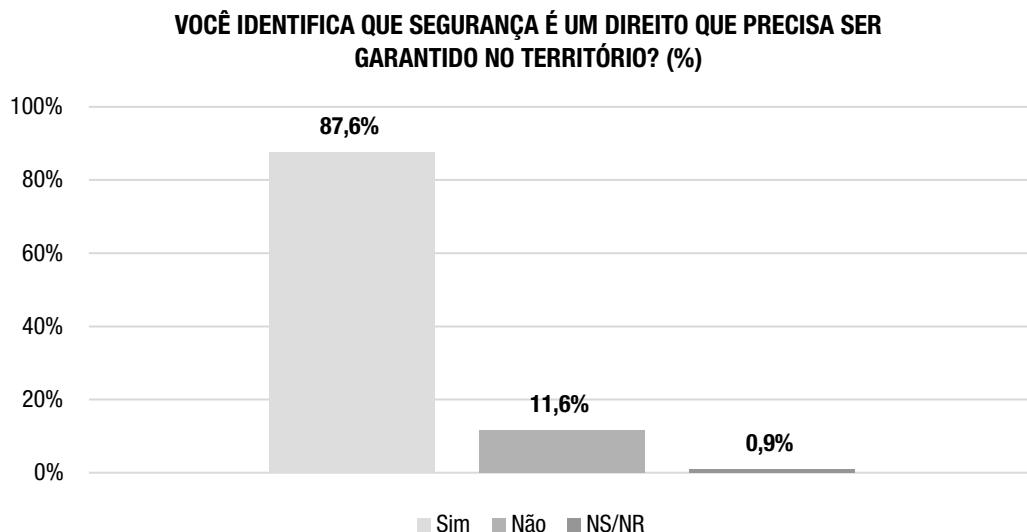
Gráfico 54 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso à segurança pública no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

Quando perguntadas(os) se a segurança é um direito que precisa ser garantido no território, 87,6% avaliam que sim.

Gráfico 55 – Percepção sobre a segurança pública enquanto um direito a ser garantido no Parque João Goulart.



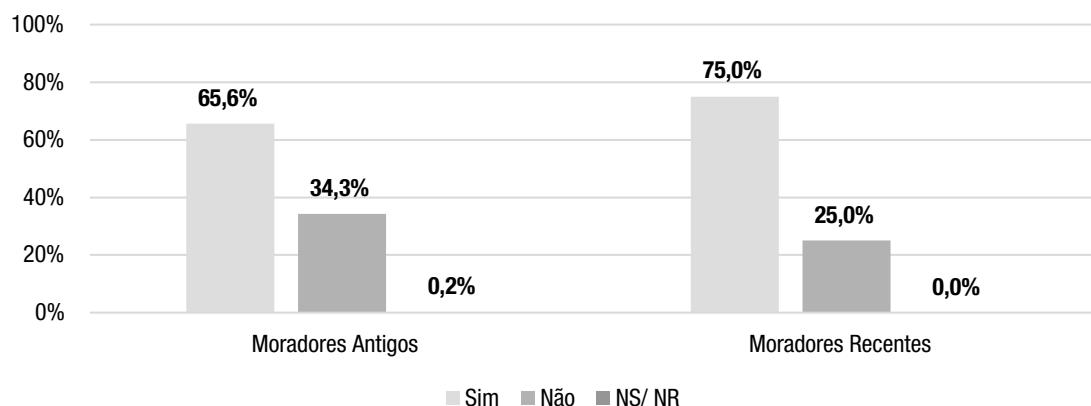
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

I) DIREITO AO ACESSO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Em relação ao direito aos espaços públicos, 65,6% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 75% das(os) moradoras(es) recentes percebem que o programa de urbanização trouxe melhorias para os espaços públicos de uso comum no território.

Gráfico 56 – Percepção se houve mudança no acesso aos espaços públicos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO TROUXE MELHORIAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE USO COMUM NO TERRITÓRIO, COMO PRAÇAS E QUADRAS, PARA O LAZER E A PRÁTICA DE ESPORTES? (%)

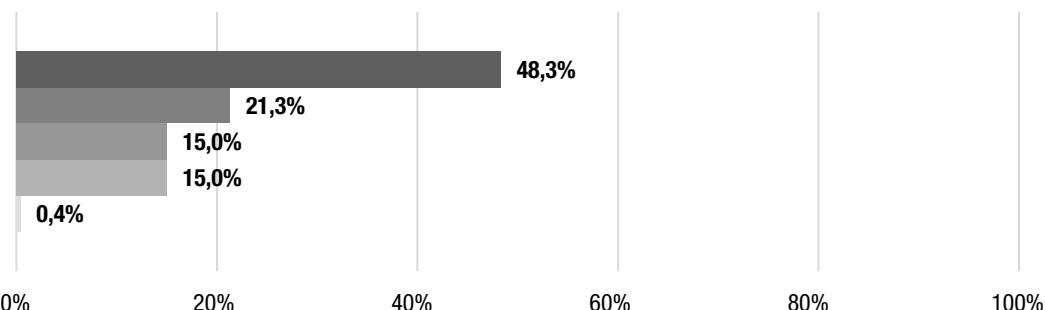


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas –2022/2023

Entre as(os) que observam que houve melhoria, 48,3% avaliam que o programa realizou reforma de praças, quadras e/ou demais espaços coletivos de convivência que o território precisava; 21,3% que houve a construção de novas praças, quadras e/ou demais espaços coletivos de convivência e práticas de esporte que a comunidade precisava; 15% que houve a construção de espaços de esporte, de convivência e lazer voltados para crianças e jovens; e 15% identificam que foi realizada a construção de espaços de esporte e lazer voltados para pessoas idosas.

Gráfico 57 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso aos espaços públicos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO TROUXE MELHORIAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE USO COMUM NO TERRITÓRIO, COMO PRAÇAS E QUADRAS, PARA O LAZER E A PRÁTICA DE ESPORTES?: DE QUE FORMA? (%)

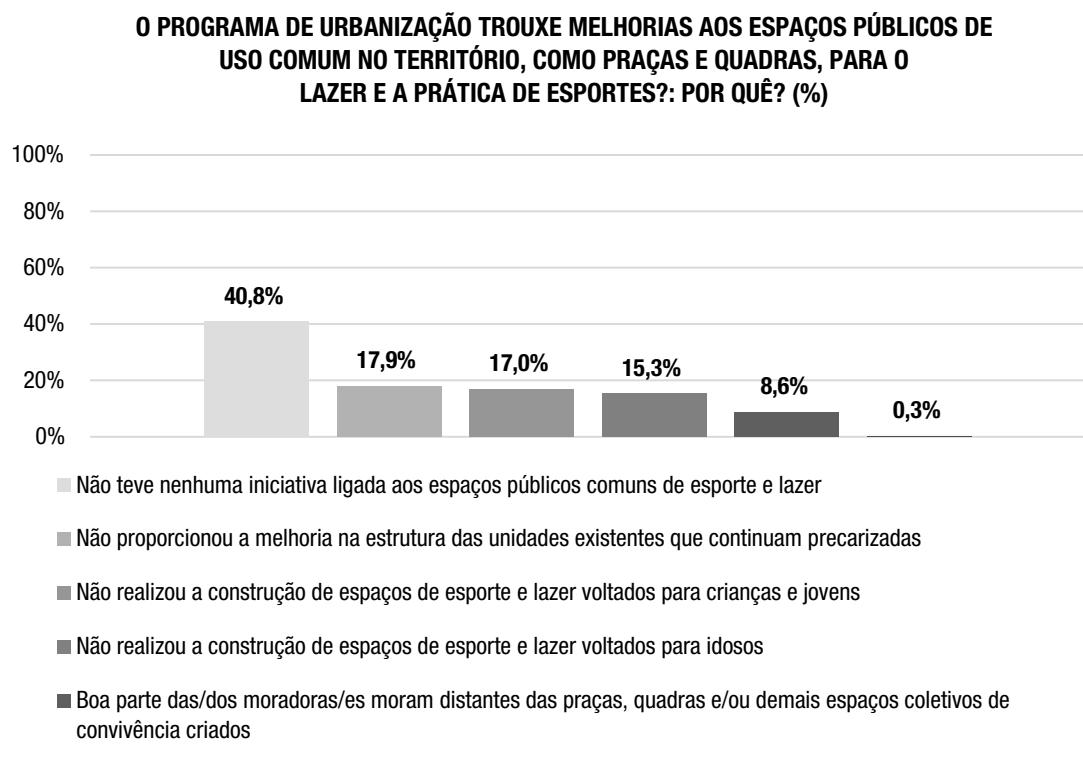


- Realizou a reforma de praças, quadras e/ou demais espaços coletivos de convivência que o território precisava
- Realizou a construção de novas praças, quadras e/ou demais espaços coletivos de convivência e prática de esporte que o território precisava
- Realizou a construção de espaços de esporte, de convivência e lazer voltados para idosos
- Realizou a construção de espaços de esporte e lazer voltados para crianças e jovens
- NS/NR

Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Para as(os) moradoras(es) que avaliam que o programa não trouxe melhoria para o direito ao acesso aos espaços públicos, 40,8% avaliam que não houve nenhuma iniciativa ligada aos espaços públicos comuns de esporte e lazer; 17,9% percebem que não houve melhoria na estrutura das unidades existentes que continuam precarizadas; 17% que não realizou a construção de espaços de esporte e lazer voltados para crianças e jovens; 15,3% que não foi realizada a construção de espaços para pessoas idosas; e para 8,6% boa parte das(os) moradoras(es) vivem distantes das praças, quadras e/ou demais espaços coletivos de convivência criados pelo programa.

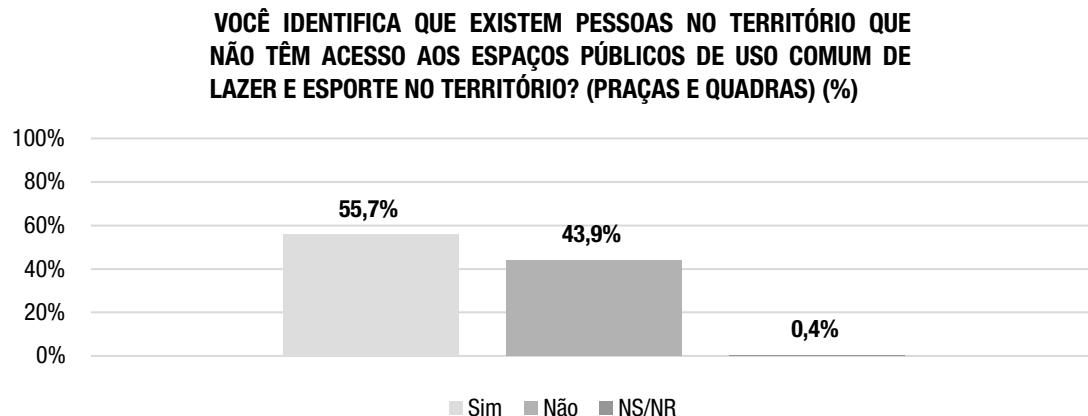
Gráfico 58 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso aos espaços públicos no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Para 55,7% das(os) moradoras(es) existem pessoas que não têm acesso aos espaços de uso comum de lazer e esporte no território.

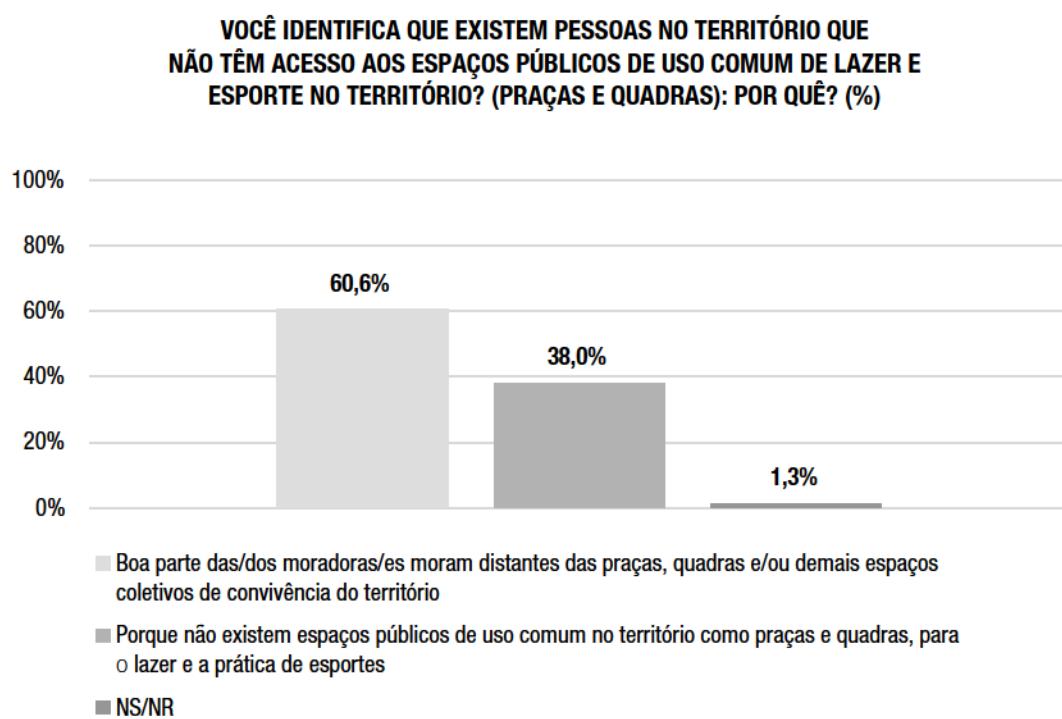
Gráfico 59 – Percepção sobre a existência de pessoas que não tem acesso aos espaços públicos de uso comum no Parque João Goulart



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Destas(es), 60,6% consideram que boa parte das(os) moradoras(es) vivem distantes desses espaços; 38% avaliam que isso ocorre porque não existem esses espaços de uso comum no território; e 1,3% não sabe ou não respondeu.

Gráfico 60 – Percepção sobre as dificuldades apontadas pelas pessoas que identificaram a existência de moradoras(es) sem acesso aos espaços públicos no Parque João Goulart.

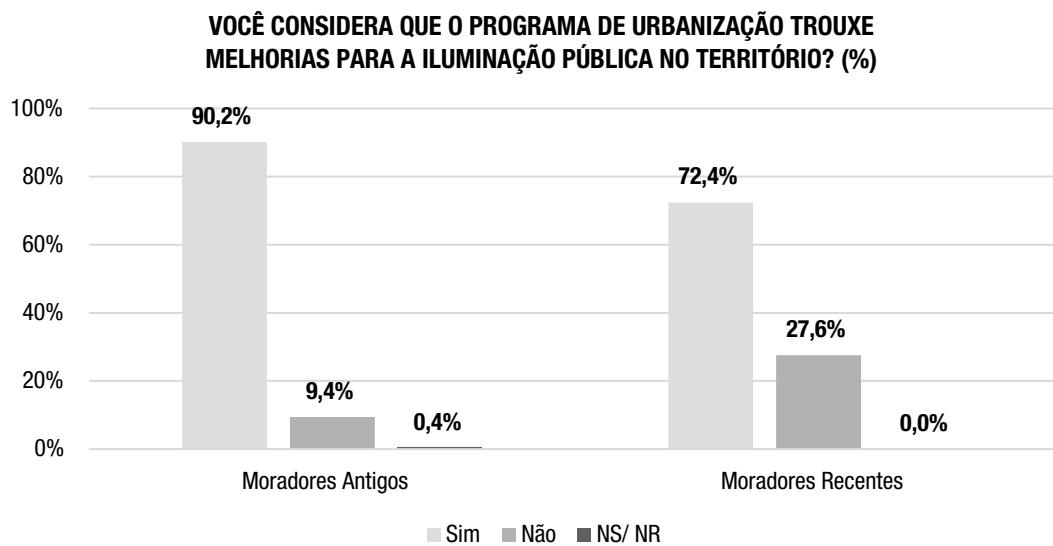


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

L. DIREITO AO ACESSO À ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Em relação ao acesso ao direito à iluminação pública, observa-se que 90,2% das(os) moradoras(es) antigas(os) e 72,4% das(os) recentes avaliam que houve melhora na iluminação pública da favela com as intervenções do Morar Carioca.

Gráfico 61 – Percepção se houve mudança no acesso à iluminação pública no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Embora a maioria das(os) moradoras(es) tenham avaliado uma melhora na iluminação pública após as intervenções dos programas de urbanização, para 90,9% essa ainda é uma questão importante a ser resolvida no território.

Gráfico 62 – Percepção sobre a iluminação pública enquanto um direito a ser garantido no Parque João Goulart



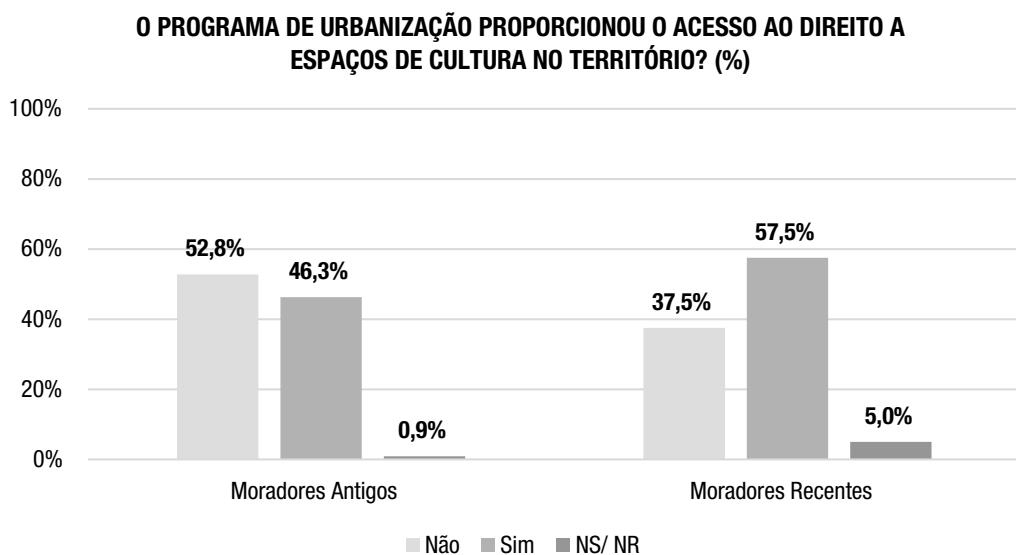
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

M. DIREITO AO ACESSO AOS ESPAÇOS DE CULTURA

Sobre o direito ao acesso aos espaços de cultura no território, observa-se que mais da metade das(os) moradoras(es) antigas(os) (52,8%) avaliam que o Morar Carioca não proporcionou o acesso ao direito à espaços de cultura no território; 46,3% dessas(es) moradoras(es) observam que houve melhora e 0,9% não sabe ou não respondeu.

Já entre as(os) moradoras(es) recentes, a maior parte (57,5%) considera que o programa proporcionou acesso ao direito aos espaços de cultura no território; 37,5% indicam que não proporcionou; e 5% não sabem ou não responderam à questão.

Gráfico 63 – Percepção se houve mudança no acesso à espaços de cultura no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização, por tempo de moradia.

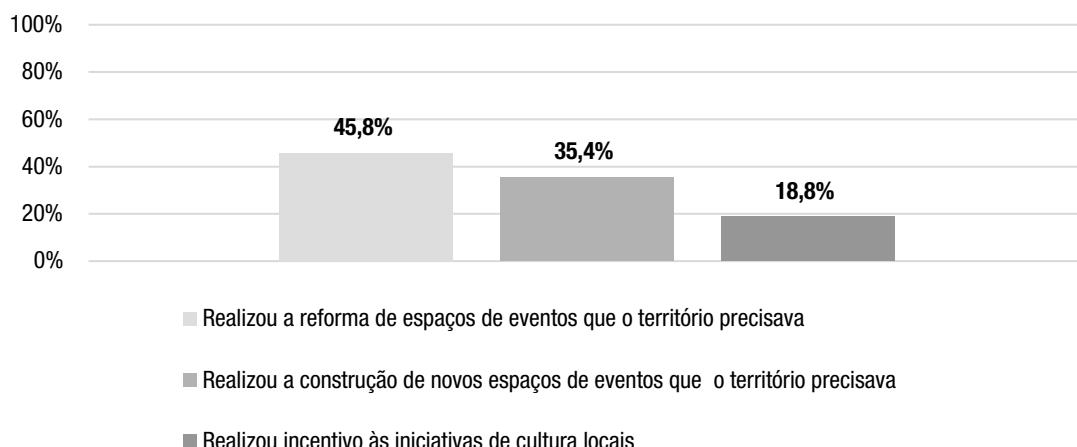


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre aquelas(es) que percebem que o programa proporcionou o acesso a este direito, 45,8% apontam que o Morar Carioca realizou a reforma de espaços de eventos que o território precisava; 35,4% identificam que realizou a construção de novos espaços; e 18,8% avaliam que houve incentivo às iniciativas de cultura locais.

Gráfico 64 – Percepção das pessoas que identificam melhora no acesso a espaços de cultura Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO PROPORCIONOU O ACESSO AO DIREITO A ESPAÇOS DE CULTURA NO TERRITÓRIO?: DE QUE FORMA? (%)

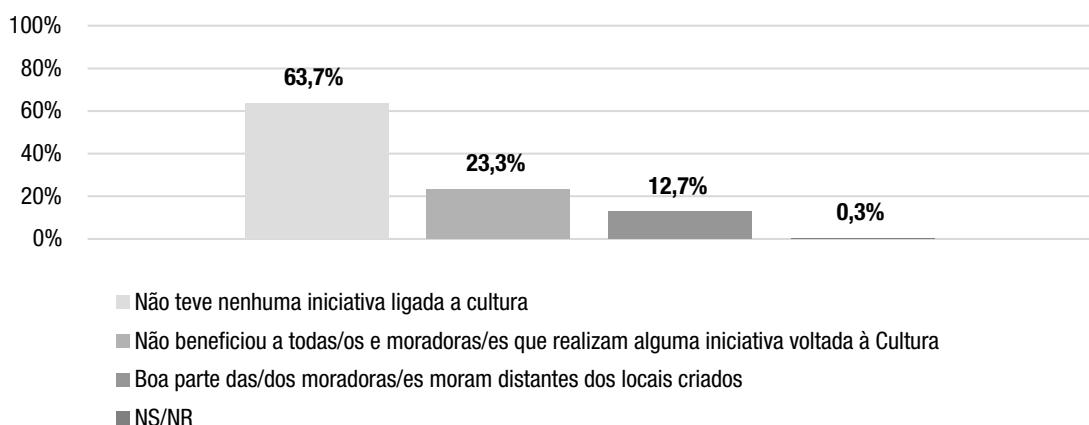


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Já entre as(os) moradoras(es) que avaliam que o Morar Carioca não proporcionou o acesso ao direito à cultura no território, 63,7% consideram que o programa de urbanização não teve nenhuma iniciativa ligada à cultura; 23,3 % que não beneficiou a todas(os) moradoras(es) que realizam alguma iniciativa voltada à cultura; e 12,7% percebem que boa parte das pessoas do Parque João Goulart moram distantes dos locais criados.

Gráfico 65 – Percepção das pessoas que não identificam melhora no acesso a espaços de cultura no Parque João Goulart após as intervenções dos programas de urbanização.

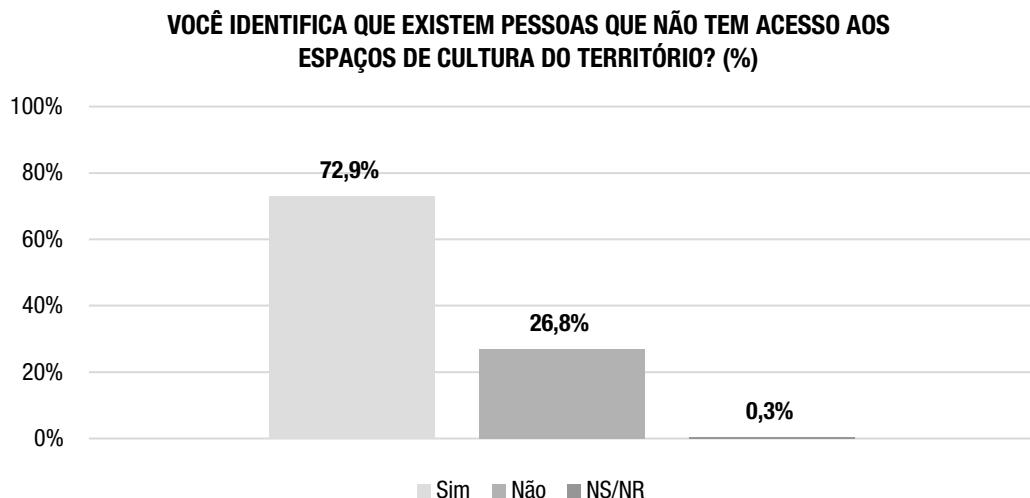
O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO PROPORCIONOU O ACESSO AO DIREITO A ESPAÇOS DE CULTURA NO TERRITÓRIO?: POR QUÊ?(%)



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

A seguir podemos observar a percepção das(os) moradoras(es) sobre a existência de pessoas que não têm acesso aos espaços de cultura: verifica-se que para 72,9% delas(es) existem pessoas sem acesso a este direito no território.

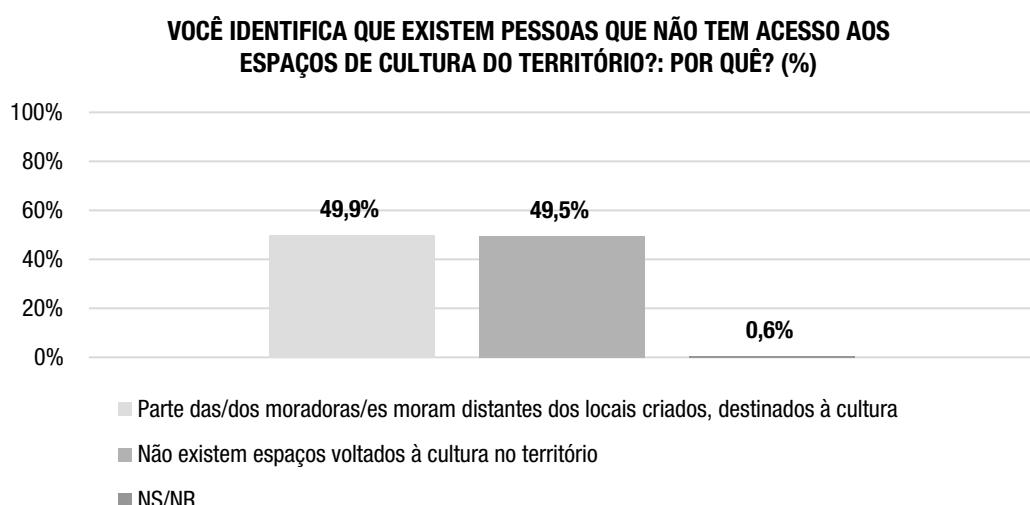
Gráfico 66 – Percepção sobre a existência de pessoas que não têm acesso aos espaços de cultura no Parque João Goulart



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Entre as(os) que apontam a existência de pessoas sem acesso aos espaços de cultura, 49,9% avaliam que parte das(os) moradoras(es) vivem distantes dos locais destinados à cultura; 49,5% sinalizam que não existem espaços voltados à cultura no território.

Gráfico 67 – Percepção sobre as dificuldades apontadas pelas pessoas que identificaram a existência de moradoras/es sem acesso aos espaços de cultura no Parque João Goulart.

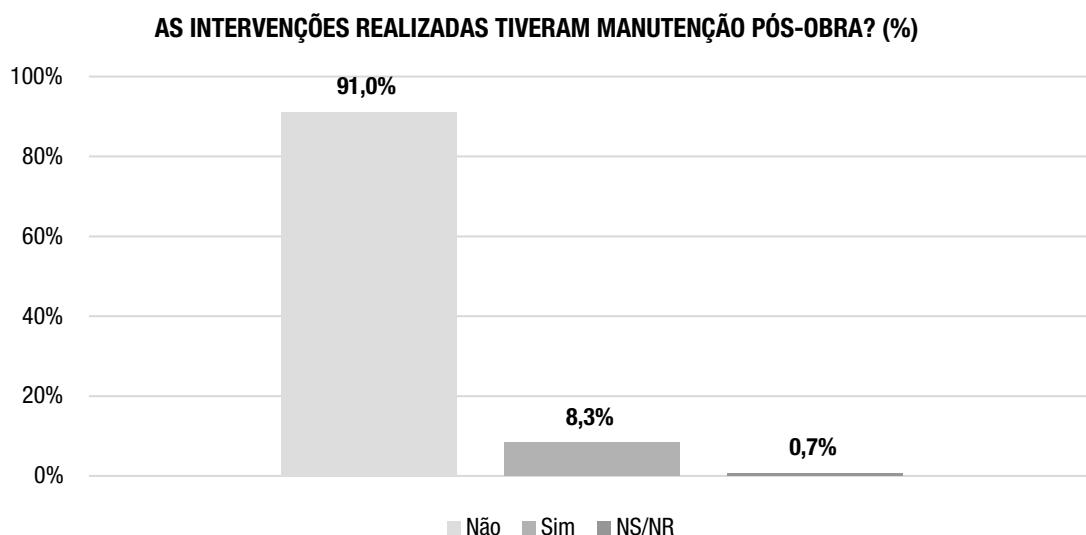


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

N. PERCEPÇÃO SOBRE A DESCONTINUIDADE E/OU MANUTENÇÃO PÓS-OBRAS DOS PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO.

Importante destacar que para 91% das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart não houve manutenção das obras após a realização do Morar Carioca.

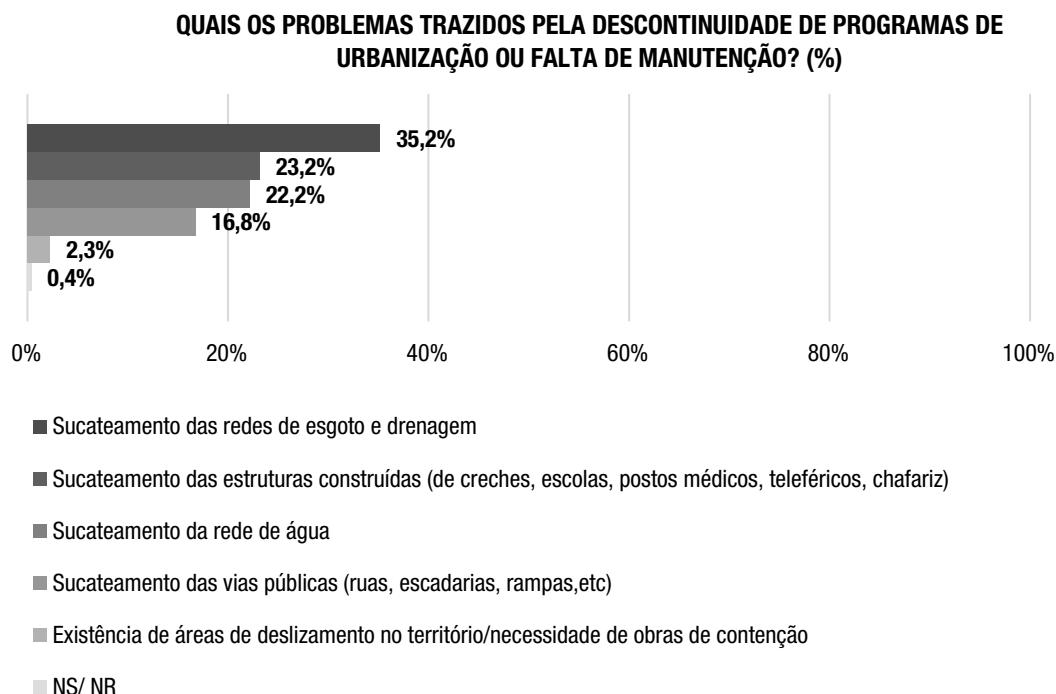
Gráfico 68 – Percepção sobre a manutenção pós-obras dos programas de urbanização no Parque João Goulart



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Nesse sentido, a percepção dos problemas trazidos com a descontinuidade do Morar Carioca ou pela falta de manutenção aponta que para 35,2% das(os) moradoras(es) houve o sucateamento das redes de esgoto e drenagem; 23,2% identificam o sucateamento das estruturas construídas; 22,2% sinalizam o sucateamento da rede de água; 16,8% o sucateamento das vias públicas; e 2,3% a existência de áreas de deslizamento no território e necessidade de obras de contenção.

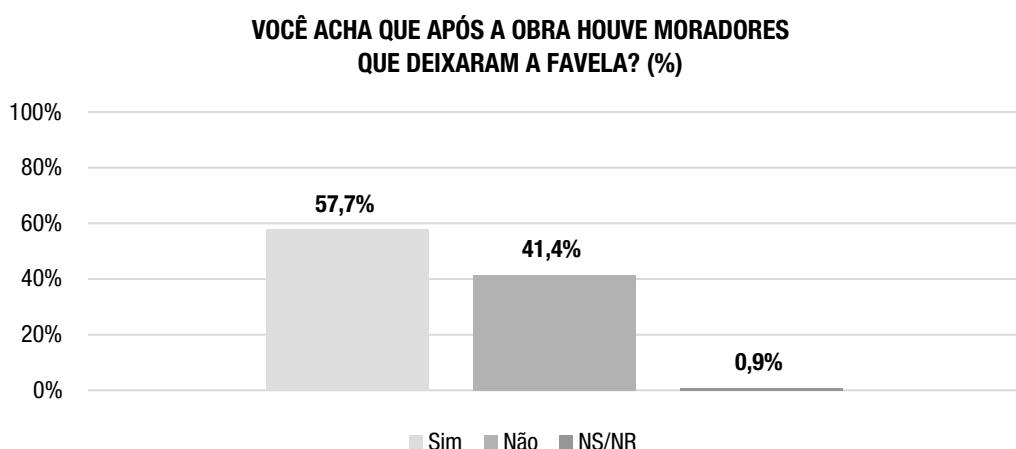
Gráfico 69 – Percepção sobre os problemas trazidos pela descontinuidade dos programas de urbanização e/ou falta de manutenção pós-obra no Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Significativa, também, a avaliação de 57,7% das(os) moradoras(es) que observam ter havido pessoas que deixaram a favela após a realização das obras do programa de urbanização.

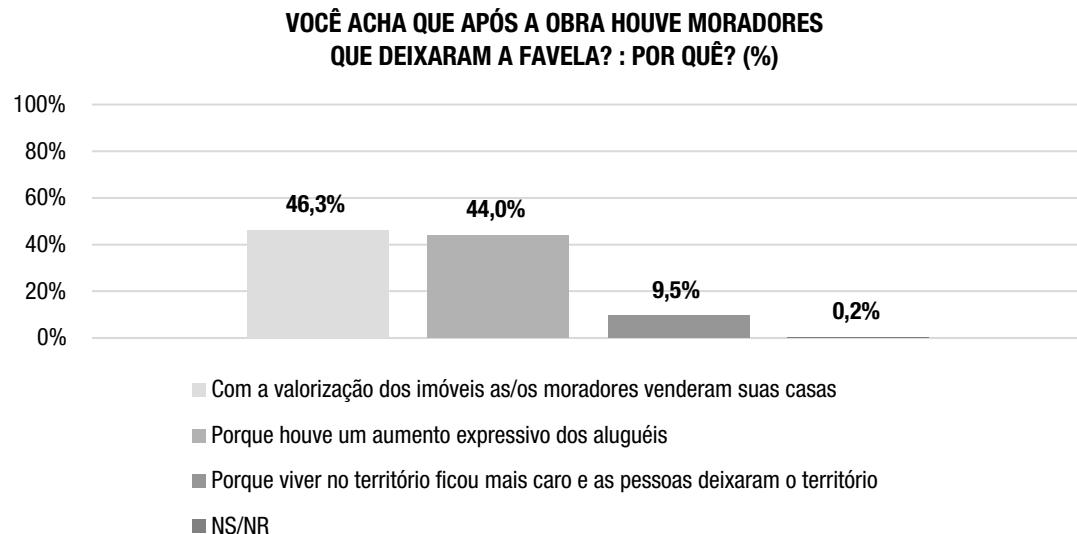
Gráfico 70 – Percepção sobre a existência de moradoras/es que deixaram o Parque João Goulart pós-obra dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas–2022/2023

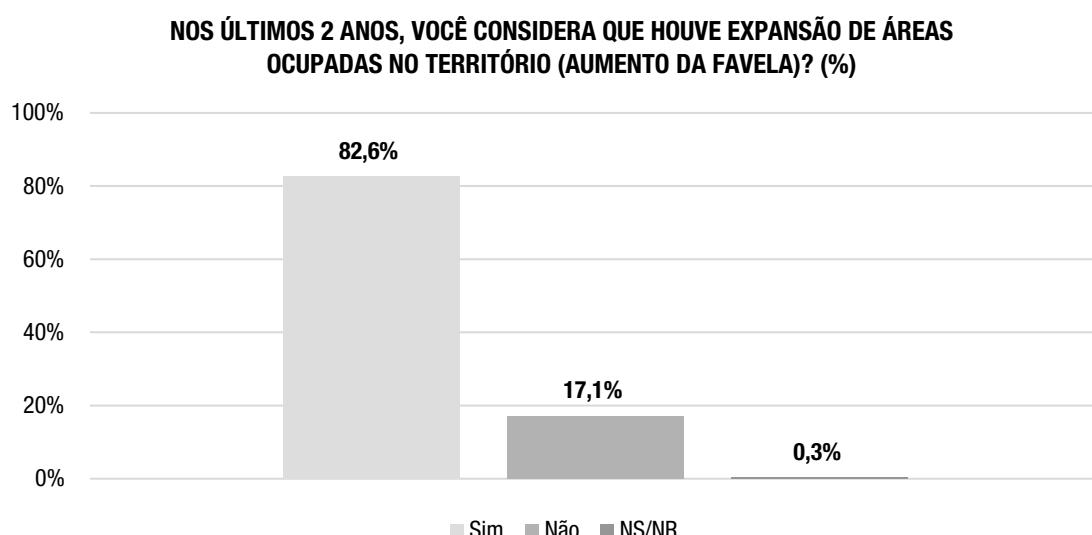
Dentro deste universo, 46,3% avaliam que, com a valorização dos imóveis, moradoras e moradores venderam as suas casas; 44% consideram que o motivo foi o aumento expressivo dos aluguéis; e 9,5% apontam que foi porque viver no território ficou mais caro.

Gráfico 71 – Percepção sobre as motivações de moradoras/es terem deixado Parque João Goulart pós-obras dos programas de urbanização.



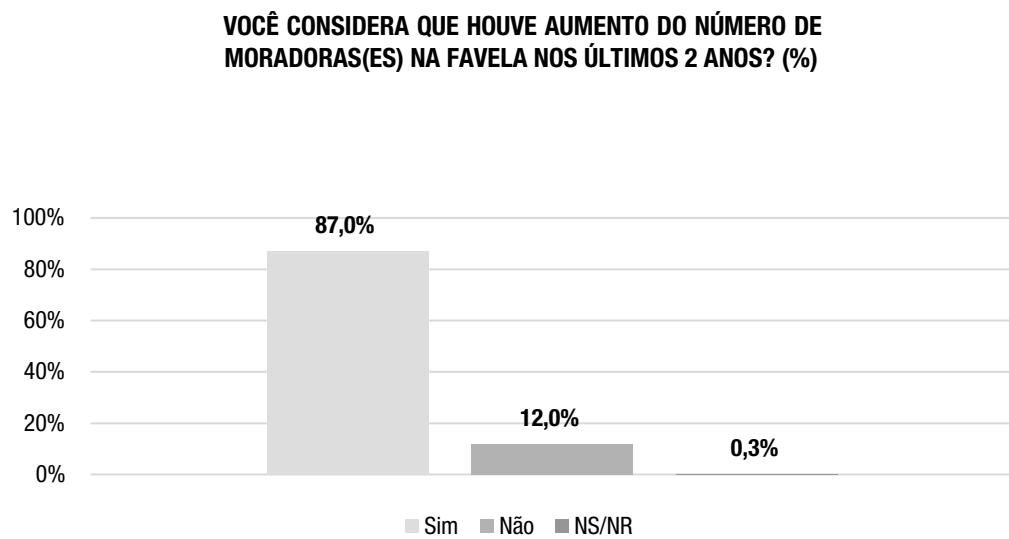
Em relação à percepção sobre a expansão do território e a ocupação de novas áreas nos últimos dois anos, 82,6% das(os) moradoras(es) consideram que este aumento é real.

Gráfico 72 – Percepção sobre a expansão de áreas ocupadas no Parque João Goulart pós-obras dos programas de urbanização.



O aumento do número de moradoras(es) nos últimos dois anos é percebido por 87% das pessoas que residem na favela.

Gráfico 73 – Percepção sobre o aumento do número de moradoras/es no Parque João Goulart pós-obra dos programas de urbanização.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Na tabela a seguir podemos observar o que as(os) moradoras(es) avaliam sobre as melhorias que precisam ser feitas para garantir ao acesso a direitos e bem-estar da população do Parque João Goulart. Destaca-se que as três principais reivindicações são 1) em relação à construção e/ ou reforma de unidades de saúde (12,3%); 2) pela construção e/ ou reforma de creches (11,6%); e 3) a construção e reforma de áreas de lazer (11,1%).

Tabela 1 – Percepção sobre garantias de direitos e bem-estar da população.

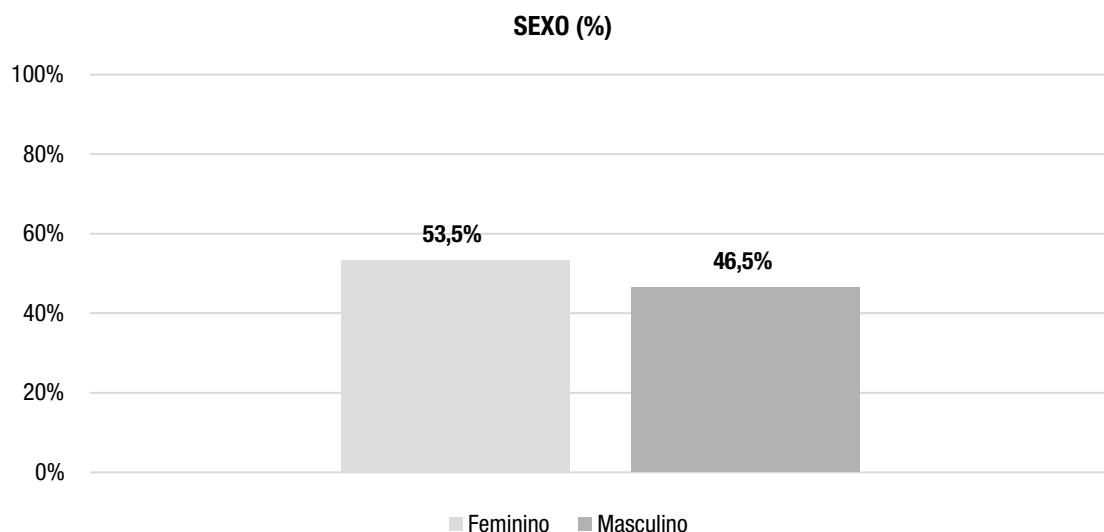
Percepção sobre o que pode ser feito para garantir acesso a direitos e bem-estar da população (%)	
Construção/reforma de unidades de saúde	12,3%
Construção/reforma de creches	11,6%
Construção/reforma de áreas de lazer	11,1%
Construção/reforma de unidades escolares	10,2%
Melhoria do saneamento básico	9,8%
Melhoria no abastecimento de água	7,3%
Melhoria da circulação interna de pedestres e veículos	6,7%
Construção/reforma de espaços destinados a atividades culturais	6,5%
Construção/reforma de unidades comerciais	6,1%
Melhoria dos imóveis e/ou construções de novas unidades habitacionais	5,9%
Maior transparência no valor de recursos a serem destinados ao projeto de urbanização e sua aplicação	4,1%
Reassentamento no próprio território	3,5%
Ampliação do processo participativo na formulação e implementação do projeto de urbanização	3,0%
Obras de contenção de encostas com arborização no território	1,8%
Outros	0,1%
NS/NR	0,0%

Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

4. PERFIL DA AMOSTRA DAS(OS) MORADORAS(ES) DO PARQUE JOÃO GOULART

4.1 SEXO E FAIXA ETÁRIA

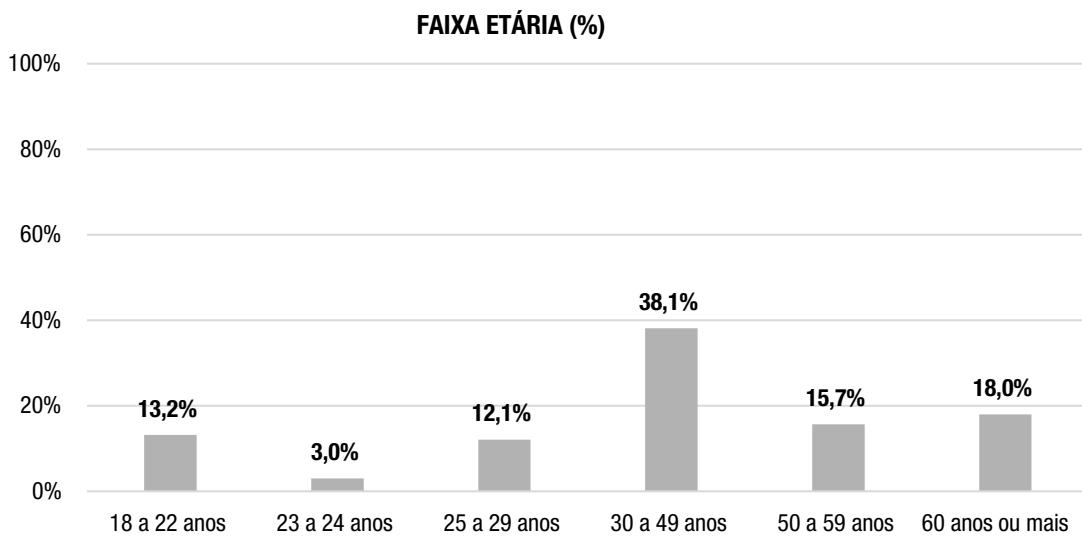
Gráfico 74 – Perfil das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por sexo.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

De acordo com o gráfico acima, verificamos que 53,5% das(os) moradoras(es) são do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino. Em relação à faixa etária, como vemos a seguir, 53,8% da população é adulta, sendo que 38,1% têm idade entre 30 e 49 anos. As(os) jovens são 28,3% da população. Já as pessoas idosas são 18% da população local.

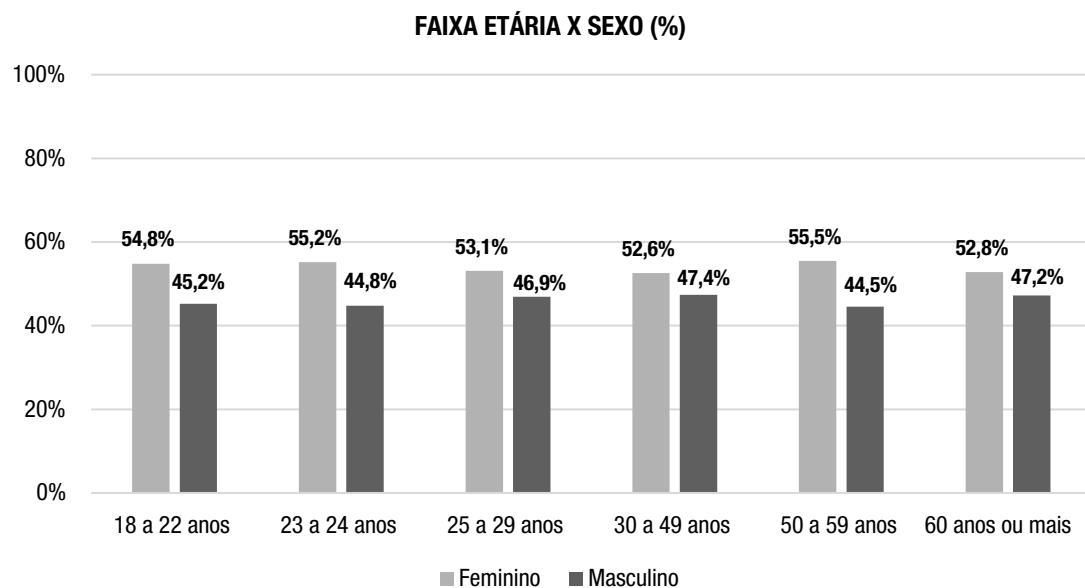
Gráfico 75 – Perfil das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por faixa etária.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Ao analisarmos o perfil da população por sexo e faixa etária, conforme o gráfico abaixo, observamos que em todas as faixas de idade há maior percentual do sexo feminino. Entre a população com idade entre 50 e 59 anos, 55,5% se declara como parte da população feminina; nas pessoas com idade entre 23 e 24 anos o percentual é de 55,2%.

Gráfico 76 – Perfil das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por sexo e faixa etária

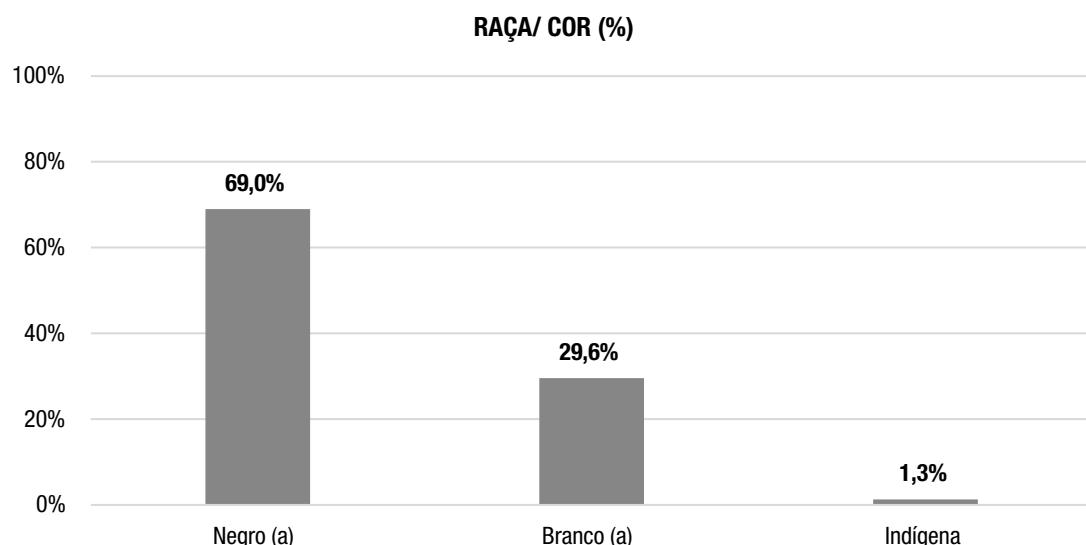


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

4.2 RACA /COR

De acordo com nossa pesquisa, 69% das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart são negras(os), 29,6% são brancas(os) e 1,3% indígena.

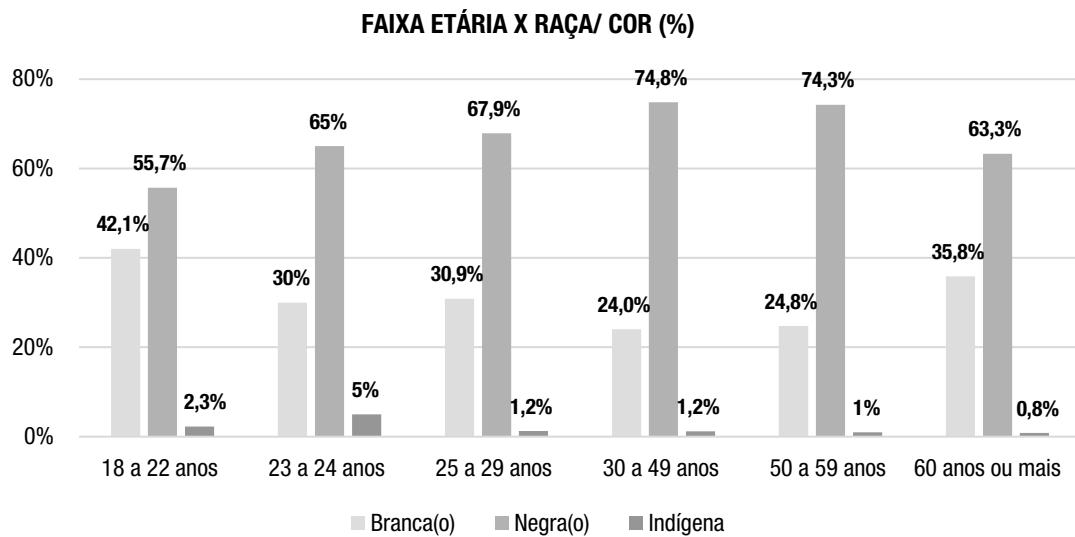
Gráfico 77 – Perfil das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por raça/cor.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

A análise da relação faixa etária por raça/cor, deixa evidente que o percentual de pessoas negras é o maior em todas as idades, especialmente entre adultas(os), onde verifica-se que: 72,8% das pessoas na faixa etária de 30 a 49 anos são pessoas negras e 74,3% das pessoas com idade entre 50 e 59 anos são negras(os). Entre a população jovem observa-se que se declararam como pessoas negras: 55,7% das(os) que têm entre 18 e 22; 65% das(os) que têm entre 23 e 24 anos; e 67,9% das(os) que têm entre 25 e 29 anos. Entre a população idosa, 63% são negras(os). Ao analisar os dados sobre a população indígena residente na favela verifica-se que os maiores percentuais são de jovens com idades entre 23 e 24 anos (5%) e 18 e 22 anos (2,3%).

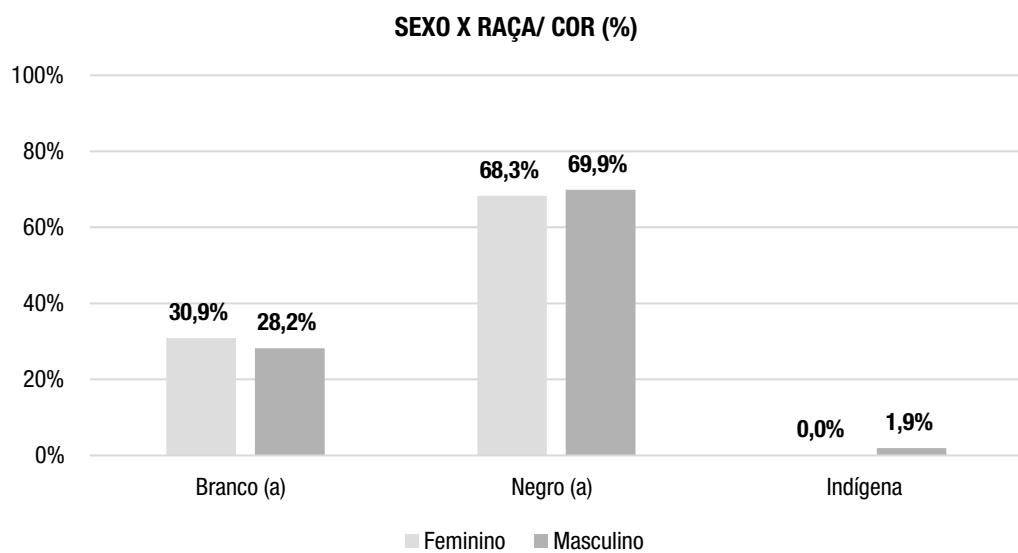
Gráfico 78 – Perfil das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por faixa etária e raça/cor.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

De acordo com a relação sexo e raça/cor podemos verificar que 68,3% da população feminina e 69,9% da população masculina é negra. Verifica-se também que entre a população indígena há apenas pessoas do sexo masculino.

Gráfico 79 – Perfil de moradoras(es) do Parque João Goulart, por sexo e raça/cor



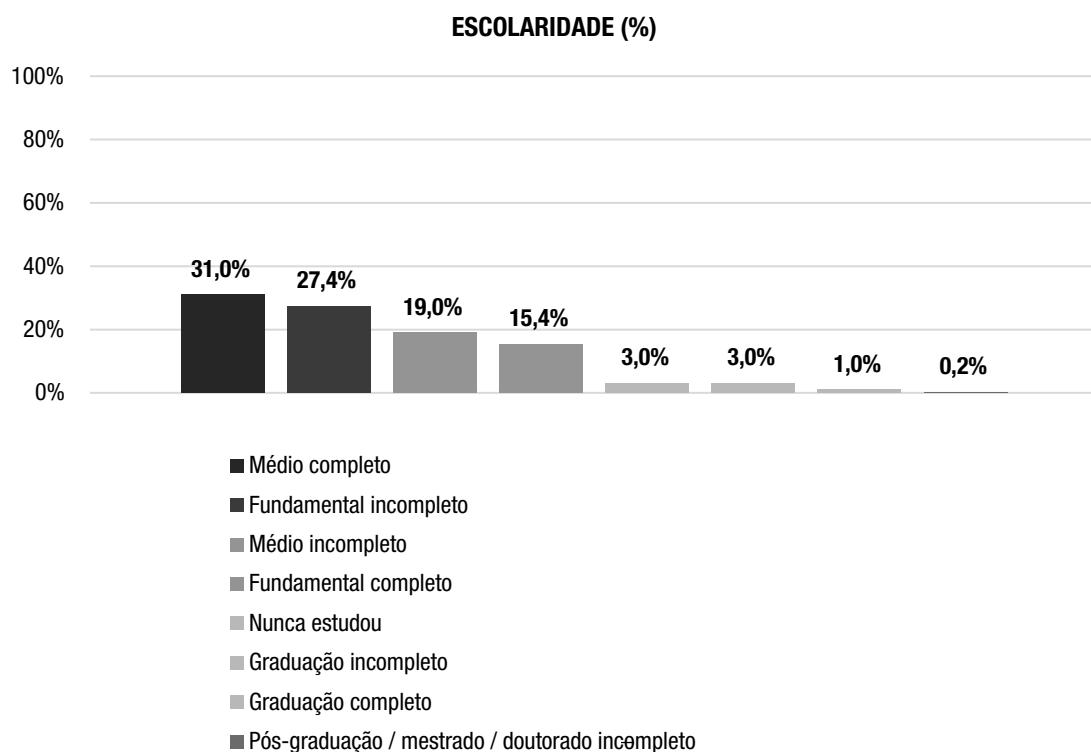
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas -2022/2023

4.3 ESCOLARIDADE

Observa-se que a maior parte das(os) moradoras(es) (31%) tem o Ensino Médio completo. 27,4% têm o Ensino Fundamental incompleto; 19% têm o Ensino Médio incompleto; 15,4% possuem o Fundamental completo; e 3% da população nunca estudou.

Já 4% das pessoas ingressaram em uma graduação, sendo que 3% ainda não completaram. E 0,2% tem pós-graduação incompleta.

Gráfico 80 – Escolaridade das(os) moradoras(es) no Parque João Goulart.

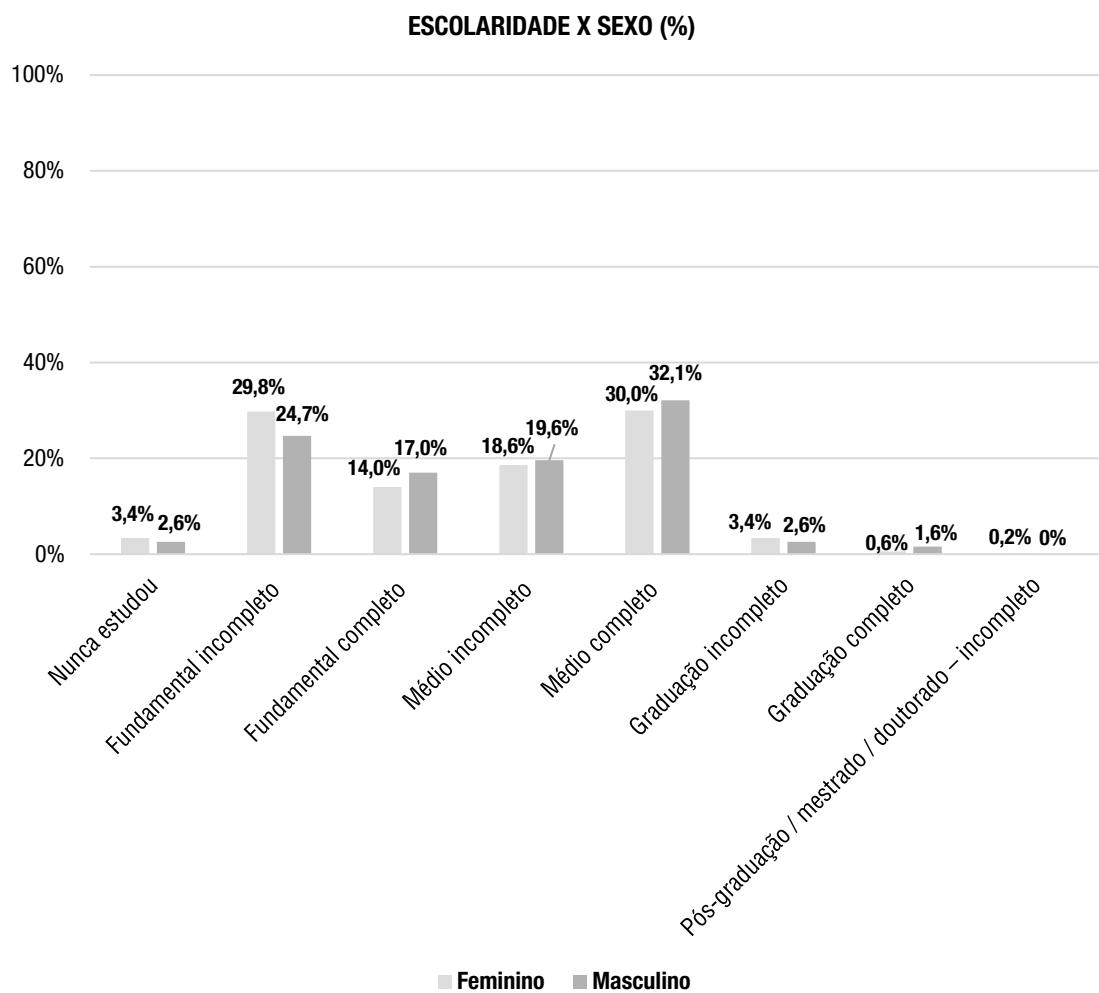


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Ao analisar os dados da escolaridade da população de acordo com o sexo, observa-se que não existe uma grande discrepância nos níveis de escolaridade de homens e mulheres no território: ambos os sexos têm maior percentual da população com Ensino Médio completo: 30% do sexo feminino e 32,1% do sexo masculino. Em seguida, 29,8% da população feminina e 24,7% da população masculina têm o Ensino Fundamental incompleto; e 18,6% da população feminina e 19,6% da população masculina possuem o Ensino Médio incompleto. 3,4% da população feminina nunca estudou. Entre a população masculina este percentual é de 2,6%.

Ainda, entre a população feminina, 4% iniciaram a graduação. Este percentual é 4,2% para a população masculina. E, apenas na população feminina, há pessoas cursando pós-graduação (0,2%).

Gráfico 81 – Escolaridade das(os) moradoras(es) do Parque João Goulart, por sexo.

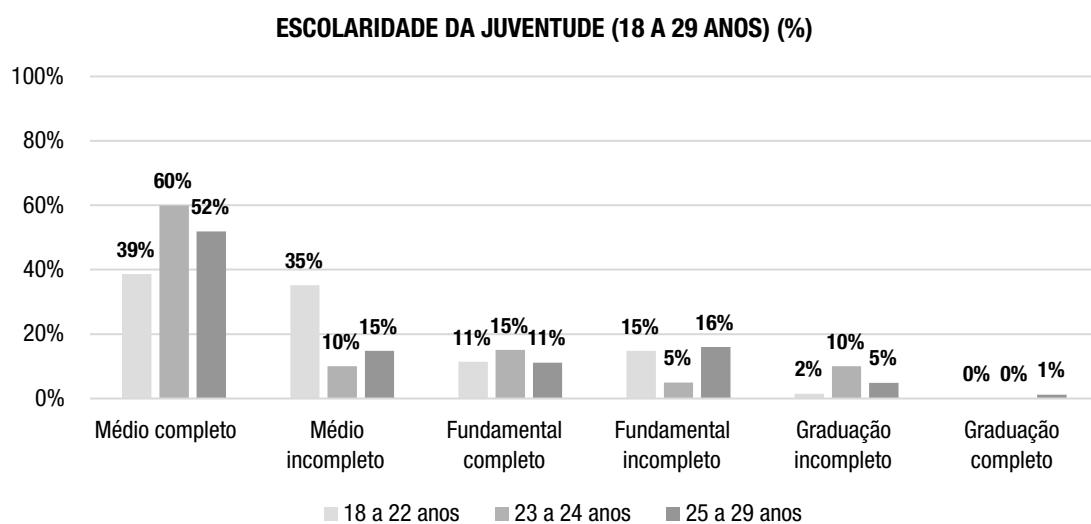


Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Ao observarmos a escolaridade de acordo com as faixas etárias, no universo da juventude, verifica-se que o maior percentual de jovens de todas as faixas etárias possui o Ensino Médio. Entre as(os) que têm de 18 a 22 anos, 39% possuem Ensino Médio completo e 35% possuem o Ensino Médio incompleto. Entre as(os) que têm de 23 a 24 anos, 60% têm o Ensino Médio completo e 10% o Ensino Médio incompleto. E entre as(os) que possuem de 25 a 29 anos, 52% têm o Ensino Médio completo e 15% o Ensino Médio incompleto.

Entre as(os) que têm entre 18 e 22 anos, 2% têm graduação incompleta. 10% das(os) que têm entre 23 e 24 anos e 5% das(os) que têm 25 a 29 anos também possuem graduação incompleta. 1% das(os) jovens com idade entre 25 e 29 anos tem a graduação completa.

Gráfico 82 – Escolaridade da juventude do Parque João Goulart.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

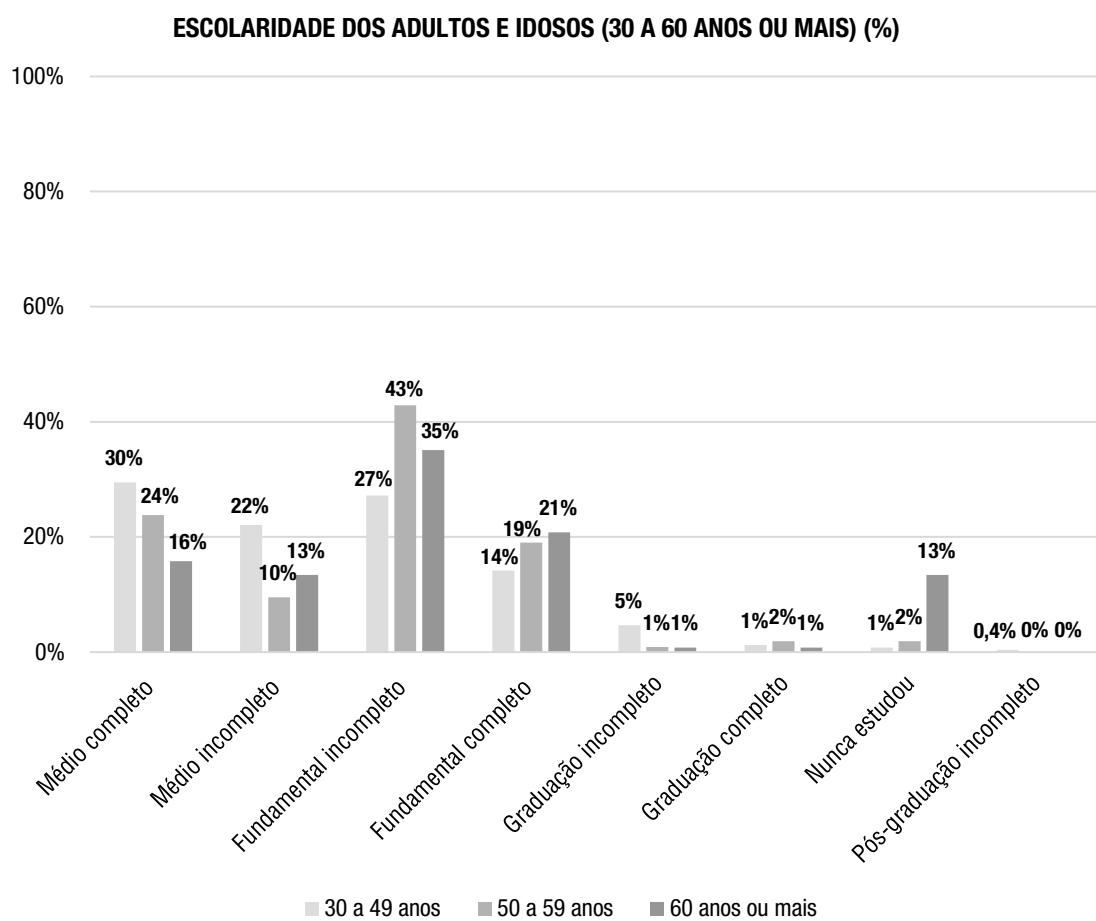
Entre a população adulta e idosa, observa-se que, com exceção daquelas(es) que têm entre 30 a 49 anos, há maior percentual de pessoas com Ensino Fundamental incompleto em todas as faixas etárias.

Entre as(os) que têm de 30 a 49 anos verifica-se que 30% têm o Ensino Médio completo. Em seguida, 27% dessa população tem o Ensino Fundamental incompleto; 22% têm o Ensino Médio incompleto; 14% o Ensino Fundamental completo; 6% iniciaram a graduação. 1% da população dessa faixa etária nunca estudou e 0,4% tem a pós-graduação incompleta.

Entre as(os) que têm entre 50 e 59 anos, 43% têm o Ensino Fundamental incompleto, 24%, o Ensino Médio completo; 19%, o Fundamental completo; e 10% têm o Ensino Médio incompleto. 3% ingressaram na graduação e 2% da população nessa faixa etária nunca estudou.

Entre as(os) idosas(os), 35% da população tem o Ensino Fundamental incompleto. Em seguida, 21% têm o Ensino Fundamental completo; 16% têm o Ensino Médio completo; 13% têm o Ensino Médio incompleto; e outros 13% dessa população informam que nunca estudou. 2% ingressaram na graduação.

Gráfico 83 – Escolaridade das(os) moradoras(es) adultas(os) do Parque João Goulart.



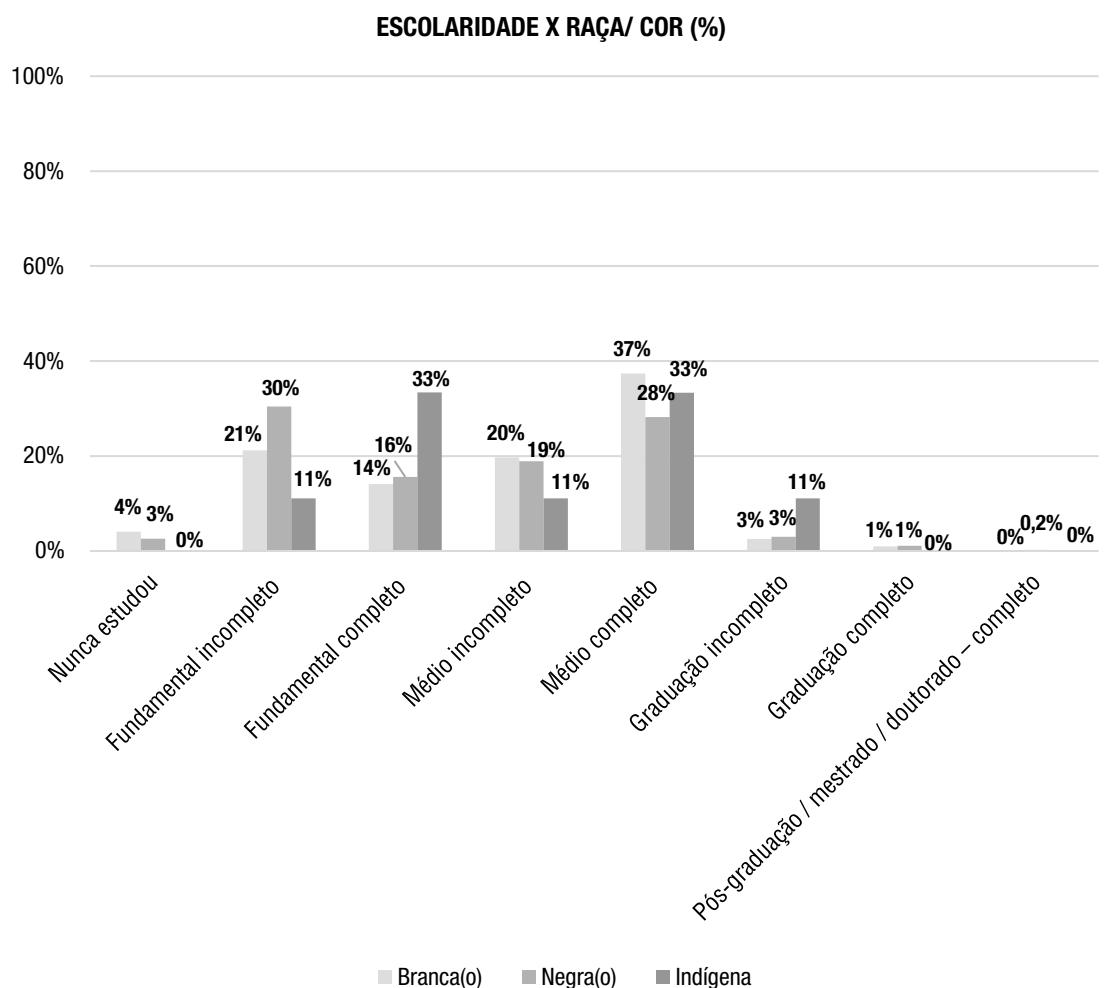
Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

Por fim, ao analisarmos a escolaridade da população de acordo com a raça/cor, verificamos que, entre a população negra, a maior parte possui o Ensino Fundamental incompleto (30%); 28% têm o Ensino Médio completo; 19% possuem Ensino Médio incompleto; 16%, o Fundamental completo; 3% têm a graduação incompleta; 1%, a graduação completa; e 0,2%, pós-graduação incompleta. 3% dessa população nunca estudou.

Entre a população branca, 37% têm o Ensino Médio completo; 21% têm o Fundamental incompleto; 20% têm o Ensino Médio incompleto; 14%, o Fundamental completo; 3%, a graduação incompleta; 1%, graduação completa. 4% dessa população nunca estudou.

Já na população indígena, 33% têm o Ensino Médio completo; outros 33% têm o Ensino Fundamental completo; 11% têm o Ensino Médio incompleto, 11% têm o Ensino Fundamental incompleto; e 11%, a graduação incompleta.

Gráfico 84 – Escolaridade de moradoras(es) do Parque João Goulart, por raça/cor.



Fonte: Ibase, Pesquisa Novos Olhares sobre Transformações Urbanas nas Favelas – 2022/2023

RECOMENDAÇÕES

Principais necessidades apontadas através da pesquisa de percepção com moradoras(es) do Parque João Goulart para promover o acesso a direitos em novas ações de programas de urbanização no território:

- Construir ou reformar as unidades de atenção básica à saúde que atendem à população;
- Ampliar a oferta de vagas em creches para atender a demanda da comunidade;
- Construir mais áreas de lazer e reformar as existentes;
- Realizar a manutenção da rede de esgotamento sanitário;
- Melhorar o abastecimento de água na comunidade;
- Ampliar a oferta de vagas para crianças na educação básica em escolas próximas da comunidade.